

Comunicação e Saúde desde 1982 • [www.ensp.fiocruz.br/radis](http://www.ensp.fiocruz.br/radis)

# RADIS



A Rio+20 não acabou

## Agora é mobilização pelo futuro que queremos

Marcha dos Povos, que reuniu 80 mil no Centro do Rio, é mostra da força da sociedade civil para continuar cobrando o que os governos postergaram

# Toda forma de comunicar vale a pena

Folhas de papel, bolsas, camisetas, cartazes foram suportes para os participantes da Cúpula dos Povos darem seu recado



Em André Luis, Brazilian businessman protests in the world do about Peace, Corruption, Environment an against Impunity.

Em defesa dos direitos quilombolas

No to GREEN ECONOMY!

O AMOR É LIBERTADOR. SE ENTREGUE?

BELOMONTE Gera ESTUPRO. ÍNDICE AUMENTO 120% NA REGIÃO

QUAL A DIFERENÇA? NOT

Malditas sejam todas as cercas! Malditas sejam todas as propriedades privadas que nos privam de viver e de amar! Malditas sejam todas as leis, amanhadas por pessoas más, para impedir cercas e leis e fazer da terra, escrota e escrota os humanos!

AGUA DA BAIÁ DE GUANABARA - 23 Poluída

AS MULHERES DIZEM NÃO AO CAPITALISMO VERDE E A MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA

Foi o homem que veio da terra e não ao contrário!

ERKE ABSURDO! O DINHEIRO DO BNDÉ É DO POVO!

# Centro do Rio x Riocentro

O evento oficial da Rio+20 foi encerrado sem alcançar seus objetivos. A rara oportunidade da maior conferência mundial foi trocada por uma pequena comissão, presidida pelo governo conservador inglês, para apresentar, só daqui a dois anos, um esboço de metas para o desenvolvimento sustentável. Pior, ninguém — principalmente, os países mais industrializados, ricos e poluidores — quis se comprometer com a definição de estratégias globais e o financiamento da recuperação e proteção do planeta nem da equidade na qualidade de vida das populações. Deixaram o futuro à mercê do futuro.

Faltou aos chefes de Estado sentido de urgência, habilidade, vontade política, ou coragem mesmo. Como anfitriã, a presidenta Dilma preferiu atribuir a pouca ambição dos países aos “estágios diferenciados de consciência e de compromisso”. O presidente Figueres, da Costa Rica, foi mais duro: “falharam na representação dos militantes da sustentabilidade”.

O desapontamento com o documento da ONU foi geral. Muitos viram nele um retrocesso. No Aterro do Flamengo, a Cúpula dos Povos produziu seu próprio documento de consenso entre centenas de organizações, sem concessões à espoliação conduzida pelo mercado e pelo capital, e o entregou oficialmente às Nações Unidas ao final da conferência.

Nossa reportagem registrou a movimentação dos delegados no Riocentro, entrevistou pensadores convidados para debates na cidade, identificou e ouviu análises sobre os pontos mais sensíveis em discussão. Da quebradeira de coco maranhense, ou do sociólogo português à ativista indiana, ou ao especialista americano em armas nucleares.

Sem dúvida, a Cúpula dos Povos foi o que de melhor aconteceu na Rio+20. As notícias que chegavam do Riocentro irritavam, mas não desanimavam os participantes que vieram de todas as partes do planeta para articular lutas e propostas de mudança. Formaram redes colaborativas, fortaleceram ações comuns, realizaram debates de alto nível técnico e apresentaram propostas viáveis.

O momento mais empolgante foi a Marcha dos Povos, acompanhada do alto e por dentro por nossa equipe, ocupando com faixas, cores e canções de 80 mil pessoas o Centro do Rio. As vozes contra a omissão e pelo desenvolvimento sustentável vão continuar.

Esta revista de 48 páginas unifica dois meses. Uma solução para tantos conteúdos relevantes apurados no período da Rio+20, que resolve também o atraso que ocorreria na edição de setembro (o primeiro, em dez anos), em função da greve motivada pela interrupção da negociação salarial que se arrastava há três anos entre governo e Fiocruz. Conseguimos economia em escala, já que a revista dupla não custou o dobro do valor de cada exemplar de 24 páginas (68 centavos de correio e 54 de gráfica). Diante desta informação, só não pode a área econômica querer punir os 79 mil leitores da *Radis*, trocando periodicidade na comunicação por mais superavit. Seria como suprimir doses de vacina, medida danosa para a prevenção em saúde e para o exercício da cidadania.

Boa leitura e sustentabilidade para todos!

**Rogério Lannes Rocha**

Coordenador do Programa Radis

## Expressões e Experiências

- Qualquer maneira de comunicar vale a pena 2

## Editorial

- Centro do Rio x Riocentro 3

## Cartum

- 3

## Voz do leitor

- 4

## Súmula

- 5

## Radis Adverte

- 8

## Toques da Redação

- 9

## Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável

- Menos que o mínimo 10
- Entrevista — Boaventura de Sousa Santos 15
- Um documento de difícil construção 16
- A saúde no documento final 18
- Economia verde e os negócios 18
- Entrevista — Jeffrey Sachs 19
- “Diálogos” oficiais, debates controlados 20
- Sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 21

## Cúpula dos Povos

- A voz da sociedade civil ecoa por justiça social e ambiental 22
- As propostas das plenárias 24
- A mobilização continua 26
- Entrevista — Dona Dijé 27
- Ofuscados pela visibilidade 28
- Comunicação, um direito 30
- Entrevista — Ângela Guimaraes 31
- Mais voz às populações locais 32
- Água para quem? 33
- Megaeventos e mercantilização do espaço público 35
- Entrevista — Lucia Ortiz 36
- Grandes obras: licenciamento sem equidade 37
- Entrevista — Paul Walker 39
- Combativas e guerreiras 40
- Entrevista — Vandana Shiva 41
- 80 mil em defesa de um mundo sustentável 42

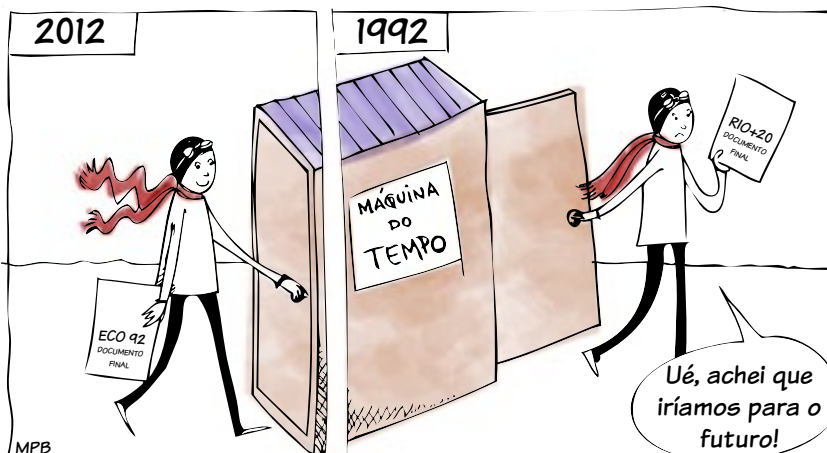
## Serviço

- 46

## Pós-Tudo

- A íntegra dos textos dedicados à saúde no documento final da Rio+20 47

## CARTUM



1982  
2012  
30 anos  
RADIS

Foto da capa: Sergio Eduardo de Oliveira  
Ilustrações: Marina Boechat (MPB)

## Aos queridos leitores

**T**emos recebido com frequência mensagens de leitores solicitando orientação para publicação de artigos na revista *Radis*. Gostaríamos de esclarecer que a *Radis* não é uma revista aberta a recebimento de artigos, não havendo, portanto, normas para publicação. Trata-se de uma revista jornalística, cujos conteúdos são definidos em reuniões de pauta mensais e produzidos pela própria equipe. A exceção é a seção *Pós-Tudo*, na penúltima página, que recebe contribuições de terceiros, previamente programadas e solicitadas pela redação. Lembramos, no entanto, que as sugestões de pauta continuam sendo bem-vindas!

## Saúde prisional

**L**i a edição de junho (118) da *Radis* e considereei muito importantes as colocações da reportagem *Do Plano à Política: garantindo o direito à saúde para todas as pessoas do sistema prisional*. Seria bom que os profissionais da atenção básica e todos os demais que já atuam no sistema prisional participassem dessa discussão e da análise desse novo projeto, considerando que a saúde não decorre somente das ações de assistência, mas também das condições de existência. E, sendo a reclusão uma forma de ociosidade física e mental, é questionável a criação de uma unidade de saúde dentro do sistema prisional, considerando o risco global envolvido.

• Elisabeth Miranda, Feira de Santana, BA

## Idosos

**S**ou aluna da Universidade Federal do Pampa, campus Uruguaiana (RS). Faço parte de um projeto que envolve estudos com idosos, que têm como objetivo melhorar a qualidade de vida dessa população. Dados do Censo 2011 mostraram que o Brasil está invertendo sua pirâmide

populacional. Torna-se evidente, portanto, a necessidade de estudos que visem à profilaxia. O número de idosos com doenças metabólicas, e até mesmo doenças mentais, cresce muito com o avanço da idade. É preciso viver mais e viver bem. Tenho artigos sobre doenças metabólicas, comparativos de idosos institucionalizados e não institucionalizados, o benefício dos exercícios para evitar doenças mentais e outras doenças. Gostaríamos muito de compartilhar com a sociedade nossas pesquisas.

• Júlia Torres Cavalheiro (juu-cav@hotmail.com), Uruguaiana, RS

**F:** *Cara Júlia, publicamos sua mensagem para que seja aberto o diálogo entre você e os demais leitores da Radis, ok? Um abraço.*

## 'Radis' como fonte

**S**ou médica e assinante da *Radis*, que considero excelente para nos situar nas questões de saúde no Brasil. Com base na reportagem de capa da edição 119 (*Alimento de qualidade para todos*), escrevi artigo na coluna da Unimed João Pessoa, que sai aos domingos em todos os jornais, sendo em seguida mantido num link. Quis partilhar com a revista. Usei também a reportagem do nº116, sobre hepatite C, durante as ações do Dia Mundial de Luta Contra as Hepatites Virais (28 de julho), no Complexo Hospitalar de Doenças Infeto-Contagiosas dr. Clementino Fraga. Obrigada a vocês da *Radis*.

• Fátima Amorim, João Pessoa, PB

**F:** *Cara Fátima, é sempre uma alegria para nós ver que a Radis está atendendo seus leitores. Um abraço!*

## Residências

**O**lá! Gostaria de ler uma reportagem sobre as residências em saúde coletiva no Brasil. Sou do Rio de Janeiro e aqui só

conheço as residências da UFRJ e Ensp/Fiocruz. Gostaria de ver um mapeamento dessa formação tão importante, de generalistas em saúde para trabalhar em atenção básica, mas tão escassa...

• Daniela M. da C. Rodrigues, Rio de Janeiro, RJ

**F:** *Cara Daniela, obrigada pela sugestão, devidamente registrada!*

## Pré-eclâmpsia

**G**ostaria que a revista abordasse o tema pré-eclâmpsia, um problema de saúde pública que atinge milhares de mulheres todo ano no Brasil.


• Clemilson, Campina Grande, PB

**F:** *Prezado Clemilson, sua sugestão foi anotada. Por ora, sugerimos a leitura da matéria de capa da Radis 117. Um abraço.*

## Saúde do trabalhador

**L**i a sugestão (anotada) de Ana Paula Xavier, na *Radis* 119, sobre uma edição com foco em saúde do trabalhador. Riscos psicossociais nas organizações de trabalho é o tema de estudos de meu último pós-doutorado. Coloco-me à disposição para tratar do assunto.

• José Carlos Zanelli, professor doutor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, SC

**F:** *Caro José Carlos, como respondemos à Ana Paula, pautaremos a reportagem oportunamente, mas desde já agradecemos sua disponibilidade. Um abraço!* 

### NORMAS PARA CORRESPONDÊNCIA

A *Radis* solicita que a correspondência dos leitores para publicação (carta, e-mail ou fax) contenha nome, endereço e telefone. Por questão de espaço, o texto pode ser resumido.

## EXPEDIENTE

**RADIS®** é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo **Programa Radis de Comunicação e Saúde**, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp).

Presidente da Fiocruz **Paulo Gadelha**  
Diretor da Ensp **Antônio Ivo de Carvalho**

Coordenação do Radis **Rogério Lannes Rocha**

Subcoordenação **Justa Helena Franco**

Edição **Eliane Bardanachvili**

Reportagem **Adriano De Lavor** (subedição), **Bruno Dominguez**, **Elisa**

**Batalha** e **Liseane Morosini**

Arte **Marina Boechat** (subedição) e **Carolina Burtle de Niemeyer**

Documentação **Jorge Ricardo Pereira**, **Laís Tavares** e **Sandra Benigno**

Administração **Fábio Lucas**, **Natalia Calzavara** e **Oswaldo José Filho** (Informática)

Estágio supervisionado **Anna Carolina Düppre** (Reportagem) e **Maycon Soares Pereira** (Administração)

Periodicidade mensal | Tiragem **79.000** exemplares | Impressão Minister  
Assinatura **grátis** (sujeita à ampliação de cadastro)

Av. Brasil, 4.036, sala 510 — Manguinhos, Rio de Janeiro / RJ • CEP 21040-361

**Fale conosco** (para assinatura, sugestões e críticas) Tel. (21) 3882-9118  
(21) 3882-9119 E-mail [radis@ensp.fiocruz.br](mailto:radis@ensp.fiocruz.br)

Confira também a *resenha semanal* Radis na Rede e a seção *Multimídia*, que complementam a edição impressa, em [www.ensp.fiocruz.br/radis](http://www.ensp.fiocruz.br/radis)

**Ouvidoria Fiocruz** • Telefax (21) 3885-1762 • Site [www.fiocruz.br/ouvidoria](http://www.fiocruz.br/ouvidoria)

USO DA INFORMAÇÃO • O conteúdo da revista *Radis* pode ser livremente reproduzido, acompanhado dos créditos, em consonância com a política de acesso livre à informação da Ensp/Fiocruz. Solicitamos aos veículos que reproduzirem ou citarem nossas publicações que enviem exemplar, referências ou URL.





# Parteiras e doulas, necessárias e bem-vindas

**D**e pouco valeu o Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (Cremerj) ignorar o Ministério da Saúde, que reconhece as funções de parteira e doula (acompanhante) na assistência ao parto, e proibir (19/7) não só a participação dessas profissionais em ambientes hospitalares, como a presença de médicos obstetras em partos domiciliares e em equipes de sobreaviso — que ficam de plantão para o caso de alguma complicação. A proibição gerou reações imediatas de movimentos sociais e de mulheres, que viram feridos os direitos e autonomia femininos e programaram manifestação de repúdio. O Conselho Regional de Enfermagem (Coren), responsável pelas parteiras (ou obstetras), entrou com ação civil pública contra a decisão do Cremerj, e a Justiça Federal suspendeu (29/7) o veto, por considerar que as diretrizes do conselho inviabilizavam o exercício da profissão de parteira, oficialmente regulamentada, pela lei nº 7.498/86, informou o portal de notícias BOL (30/7).

O Ministério da Saúde não só reconhece o trabalho de parteiras tradicionais



como incentiva a participação de doulas nos hospitais públicos. Em março, assinou convênio com a Universidade de Brasília para o programa Doulas no SUS, de formação dessas acompanhantes. O ministério considera que a participação da doula é um instrumento humanizador e que “a assistência prestada pelas parteiras é uma realidade em diversos locais do país”.

Para a conselheira da Rede para Humanização do Parto e do Nascimento (ReHuNa), Ingrid Lotfi, a decisão do Cremerj

foi “retaliação” à Marcha pelo Parto em Casa, ocorrida em 17 de junho em várias cidades brasileiras, como reportou a *Folha de S. Paulo* (22/7). “As resoluções do Cremerj inibem o direito da mulher de decidir onde e por quem será acompanhada no seu parto, praticamente a obrigando a dar à luz no hospital”, registrou o Coren em seu site. “O Cremerj desrespeita os preceitos dos manuais do SUS sobre os direitos sexuais e reprodutivos, além dos decretos do Ministério da Saúde referentes à humanização no parto”, afirmou, ainda, o texto.

Na edição 117 da *Radis*, matéria de capa mostrou que o parto é um processo da mulher, não um ato médico, mas que, dos cerca de 3 milhões de partos realizados por ano no Brasil, mais da metade se dão por cesariana, prática para a qual a mulher é induzida pelos médicos, que visam “organizar melhor suas agendas”. Como afirmou a pediatra e doutora em Saúde Pública Sônia Lansky, “o parto é um evento fisiológico e, na grande maioria dos casos transcorre bem sem necessidade de intervenções”.

## Hepatite C e câncer de mama: medicamentos no SUS

**P**ortarias publicadas (26/7) no *Diário Oficial da União* pelo Ministério da Saúde regulamentaram a incorporação no SUS dos medicamentos trastuzumabe, para tratamento de câncer de mama, e telaprevir e boceprevir, para o tratamento da hepatite C, informou o site da Agência Brasil (26/7). O trastuzumabe, de alto custo e muito procurado, é um dos mais eficazes no tratamento do câncer de mama, reduzindo chances de reincidência da doença e diminuindo em 22% o risco de morte das pacientes. Em 2011, o Ministério da Saúde gastou R\$ 4,9 milhões para atender a 61 pedidos judiciais do trastuzumabe. Este ano, foram gastos até julho, R\$ 12,6 milhões, divulgou o Portal da Saúde (23/7). A aquisição foi possível devido à economia de custos gerada por inovação tecnológica, parcerias público-privadas e a comparação de preços internacionais, explicou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha. O telaprevir e o boceprevir, para o tratamento da hepatite C, fazem parte da classe de inibidores de protease, considerada a mais moderna para combater a doença, e beneficiarão 5,5 mil pacientes com cirrose e fibrose. A hepatite C é uma doença silenciosa, que pode passar despercebida por até 30 anos (*Radis* 116). O Ministério da Saúde estima que 1,5 milhão de brasileiros estejam infectados com o vírus. Os medicamentos deverão estar disponíveis no SUS no início de 2013.

## Estupro: 71% dos crimes ocorrem em casa

**D**ossiê divulgado (14/8) pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP) revelou que entre as 4.871 queixas de estupro registradas no Estado do Rio, em 2011, 82,6% das vítimas eram do sexo feminino, informou o site da Agência Brasil. Do total, 53,6% eram meninas de até 14 anos. Os dados foram levantados a partir das notificações da Polícia Civil do ano passado. Foram, em média, 335 mulheres vítimas desse tipo de crime, por mês.

Em 70,9% das notificações, o estupro aconteceu dentro da casa da vítima. Na metade dos casos (50,2%), a vítima conhecia o acusado e em 30,5%, elas tinham relação de parentesco com o esturador (pais, padrastos, parentes). De acordo com o diretor-presidente do ISP, coronel Paulo Teixeira, o fato de esse tipo de violência ocorrer dentro dos domicílios ultrapassa a fronteira da polícia e exige mudanças também dentro da sociedade.

O dossiê aponta aumento do número de notificações, que, segundo a coordenadora da pesquisa, major Cláudia Moraes, está relacionado à ampliação de redes de apoio às mulheres vítimas de violência, como os juzizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e as delegacias especializadas, bem como a uma maior

conscientização por parte das vítimas. “A existência de uma rede de apoio faz a mulher se sentir mais acolhida, mais encorajada a romper o silêncio. Da mesma forma, temos hoje campanhas educativas na mídia que insistem que violência contra mulher é crime; que o sexo não é uma obrigação do casamento ou da convivência”, disse Claudia.

Sobre o perfil das vítimas de estupro do sexo feminino, foi observado que 37,3% eram brancas e 54,4% eram pardas ou pretas e 76% eram solteiras. A maior incidência de vítimas de estupro do sexo feminino ocorreu na Baixada Fluminense, na Zona Oeste.



## Novo acordo para levar menos sal à mesa

O Ministério da Saúde e a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (Abia) firmaram (28/8) um novo acordo para redução de sódio nos alimentos industrializados. Desta vez, temperos, caldos, cereais e margarinas vegetais foram incluídos na lista de alimentos que deverão ter reduzidas as quantidades de sódio, com metas a serem atingidas até 2015, informou o Portal da Saúde (28/8). O compromisso faz parte do Plano Nacional de Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, lançado em agosto do ano passado, que já estabeleceu a redução da substância em outros alimentos processados, como macarrões instantâneos, pães, biscoitos, salgadinhos e maioneses. Se concluídas todas as etapas, será possível eliminar até 20 mil toneladas de sódio dos alimentos até 2020.

Pesquisa divulgada pelo Portal da Saúde revelou que 22,7% da população adulta têm hipertensão arterial, agravada pelo alto consumo de sódio na alimentação. O sal é a principal fonte de sódio, e a recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) é de ingestão de menos de cinco gramas diários de sal por pessoa. O brasileiro, no entanto, ingere mais que o dobro: 12 gramas por dia. Com o cumprimento do acordo e a queda do índice para o patamar definido pela OMS, o Ministério da Saúde estima que mortes por AVC possam diminuir em 15% e mortes por infarto, em 10%. Medicamentos para hipertensão poderiam ser uma necessidade a menos para 1,5 milhão de pessoas e haveria até mesmo aumento de quatro anos na expectativa de vida.

## 'Pandemia' de sedentarismo

Uma série de estudos sobre sedentarismo publicada pela revista inglesa *The Lancet* mostrou que um terço da população mundial adulta é fisicamente inativa e que o problema mata cerca de 5 milhões de pessoas anualmente, informou a *Veja* online (18/7). De acordo com a pesquisa, três em cada dez pessoas com mais de 15 anos — o equivalente a 1,5 bilhão de indivíduos — não seguem as recomendações de realizar atividade física. Além disso, quatro adolescentes em cada cinco no mundo não praticam atividade física suficiente, o que aumenta de 20% a 30% o risco de doenças crônicas não transmissíveis (DTNCs), como diabetes, cânceres e doenças cardiovasculares, como informou o médico Pedro Hallal, da Universidade de Pelotas (RS), à frente de um dos estudos da série. Foi comprovado, ainda, que o sedentarismo aumenta com a idade, é maior entre as mulheres e predomina em países ricos. Os pesquisadores descreveram o problema como uma "pandemia".

Em setembro de 2011, a Assembleia Geral das Nações Unidas elegeu as DTNCs como tema de sua reunião de Alto Nível (*Radis* 112). De acordo com a pesquisadora Deborah Malta, coordenadora geral de vigilância de Agravos e Doenças não Transmissíveis do Ministério da Saúde, em entrevista à *Radis*, enfrentar o quadro tem a ver com a implementação de políticas públicas, "Quando tratamos de promoção da saúde, ouvimos que isso diz respeito a estilo de vida. Nós respondemos que tem tudo a ver com política pública. Se temos hoje 10% da população com baixa escolaridade fisicamente ativa e 20% com alta escolaridade fisicamente ativa, precisamos



observar o motivo dessa diferença — acesso a espaços, administração do tempo", analisou.

No que diz respeito ao tabaco, exemplificou, o Brasil implementou uma série de medidas legislativas: proibiu propaganda, colocou advertências nos maços, proibiu fumo em espaços coletivos. "Essas e outras medidas coletivas e de saúde pública contribuem, apoiando os indivíduos na adoção de hábitos saudáveis". Segundo Deborah, investir em espaços para atividade física é essencial na promoção da equidade em saúde. Um exemplo, são as academias de saúde pública implementadas pelo Ministério da Saúde (*Radis* 109).

## Casas de tortura eram 82 no país

Pesquisa realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais contabilizou a existência de 82 casas de tortura criadas no país pelo regime militar, entre 1964 e 1985. Dessas, 13 localizavam-se no Rio de Janeiro, informou *O Globo* (12/8). Os pesquisadores, que integram o Projeto República, do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória da universidade, conceberam um mapa com os endereços da repressão, que deverá servir de base para as investigações da Comissão Nacional da Verdade. A concentração de pontos no Rio de Janeiro pode dever-se à forte presença de organizações de esquerda no estado e ao entendimento de que a cidade era a porta de entrada do país, de acordo com a coordenadora do projeto, a professora Heloísa Starling. São Paulo e Pernambuco também aparecem como estados com

alta incidência de centros de tortura. De acordo com Heloísa, o número elevado de cárceres paulistas era esperado. No caso de Pernambuco, a suposição é que este era tido como estado irradiador de ações de esquerda para o resto do Nordeste.

Os centros, que vêm sendo levantados desde 2007, foram classificados em quatro categorias: militares, policiais civis, clandestinos e híbridos (compartilhado entre militares e policiais civis). Entre os locais mais conhecidos por tortura, morte ou desaparecimento de militantes que combateram o regime estão os Destacamentos de Operações de Informações — Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-Codis) de São Paulo e do Rio de Janeiro, e os Departamentos de Ordem Política e Social (Dops). Já entre os clandestinos, estão a Casa da Morte,



em Petrópolis (*Radis* 120), e o Sítio 31 de Março, em São José dos Campos (SP). De acordo com Heloísa, o mapa não é definitivo e o número de centros pode ser maior. "Espero que sirva de estímulo para outros pesquisadores continuarem procurando e identificando centros de tortura".

# Censo 2010: mais indígenas detectados

O Censo 2010 do IBGE constatou que a população indígena brasileira cresceu 205% nos últimos 20 anos, desde 1991 — ano em que os indígenas passaram a ser incluídos na pesquisa. O índice foi obtido a partir de novo tipo de questionário, que buscou maior aproximação à realidade do povo indígena, informou o site *Jornal do Senado* (27/8). O índice de crescimento encontrado corresponde a cinco vezes mais que o da população geral do país. O maior percentual de crescimento registrado se deu nos primeiros dez anos: 150% no Censo de 2000 e 11,4%, entre 2000 e 2010.

Para traçar o panorama, levaram-se em conta tanto as terras demarcadas, quanto as áreas rurais e urbanas, contabilizando-se 896,9 mil indígenas, entre aqueles que se declararam assim e os residentes nas terras indígenas. O Censo

incluiu a definição de etnias, levando em conta afinidades culturais, sociais e linguísticas. Foram encontradas 274 diferentes línguas e 305 etnias, sendo a Tikúna (AM) a maior delas — 6,8% da população indígena. Cerca de 120 mil índios não falam português, mostrou também a pesquisa, como informou a revista *Época* (10/8).

O Censo 2010 detectou 79 mil índios que não tinham optado por essa classificação no levantamento anterior, apesar de viverem em terras indígenas. Para esse grupo, perguntou-se também se eles se consideravam índios.

De acordo com o coordenador da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, Marcos Sabarú, da etnia tingui-botó, em Alagoas, o Censo foi até onde não costumava ir. Além disso, nas cidades, foram encontrados mais índios

porque tem crescido a migração de quem busca melhores condições de educação e saúde. “Na zona rural, muitas comunidades passaram a se assumir como indígenas para lutar melhor contra a invasão de empreendimentos como rodovias e barragens”, observou, ainda, em entrevista ao site do *Jornal do Senado*.

O levantamento mostrou que são 505 as terras indígenas (12,5% do território nacional), onde vive a maioria (57,7%) dos índios, e que há 36% vivendo nas cidades. A taxa de alfabetização foi mais alta do que a levantada em 1991: de 73,9% passou a 76,7% em 2010, mas o nível educacional ainda é considerado menor que o da população não indígena, principalmente na área rural. Nas terras indígenas, 67,7% com 15 anos ou mais são alfabetizados, enquanto nas cidades o percentual de alfabetizados é de 85,5%.

## Suplemento alimentar proibido

A Anvisa proibiu a venda em todo o país (11/7) do suplemento alimentar Oxilite Pro, estimulante usado como auxílio para emagrecer e para aumentar o rendimento atlético. O medicamento contém a substância dimethylamylamine (DMAA), que atua no sistema nervoso central e pode causar dependência — além de outros efeitos adversos, como insuficiência renal, falência do fígado e alterações cardíacas — e levar à morte. Fica proibida também a importação, mesmo que por pessoa física ou para consumo pessoal, de suplementos alimentares que contenham a substância, entre eles, o Jack3D e o Lipo-6 Black, informou *O Globo* (11/7).

A Anvisa ainda alertou que o consumo de suplementos alimentares pode causar graves problemas à saúde humana. Muitos são comercializados irregularmente no país. “Esses suplementos contêm substâncias proibidas, como estimulantes, hormônios ou outras consideradas como doping pela Agência Mundial Antidoping”, disse o diretor de Controle e Monitoramento Sanitário da agência, José Agenor Álvares. Para o endocrinologista e professor da Universidade Federal do Paraná, Henrique Suplicy, o uso de qualquer suplemento alimentar é a princípio contraindicado. “Eles só devem ser prescritos em situações específicas, por exemplo, deficiência de alguma vitamina, desnutrição ou se o paciente estiver muito debilitado”. Ele alerta para o equívoco de se estimularem jovens e adolescentes a tomar suplementos e defende que estes sejam substituídos por alimentação saudável.

## Agrotóxicos: venda sem controle

Lojas especializadas na venda de agrotóxicos comercializam o produto sem receituário agrônomo e sem nota fiscal, desobedecendo a legislação, constataram repórteres do jornal *O Globo* (3/6), que compraram herbicidas e fungicidas de média e alta toxicidade em quatro lojas do Rio de Janeiro e comprovaram a venda sem controle. O procedimento abre caminho para o uso indiscriminado dos produtos nas plantações. De acordo com a legislação, a aquisição de defensivo agrícola deve ser precedida da visita de agrônomo à propriedade para verificação da necessidade de se aplicar ou não o produto e, sendo o caso, definição do mais adequado. Os comerciantes alegam que a lei inviabiliza a venda, já que o pequeno agricultor não tem como pagar por consultoria profissional, e o governo não consegue atender à demanda do atendimento, diz a reportagem, que fez parte de uma série sobre o assunto — *Veneno em doses diárias*. O Instituto Estadual do Ambiente (Inea), responsável pela fiscalização desse comércio, informou que pretende melhorar a fiscalização com a informatização de seu sistema de controle de venda, hoje registrada em talonários por escrito.

O comércio ilegal é alimentado também por vendedores de outros estados que entregam produtos diretamente nas propriedades rurais. Segundo o último Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para), da Anvisa, publicado



em 2011 (*Radis* 113), quase um terço dos vegetais mais consumidos pelos brasileiros apresentam níveis inaceitáveis do produto. A Anvisa vai mudar o Para, a partir de 2013, informou *O Globo*, passando a punir aqueles que comercializarem alimentos com resíduos tóxicos acima do permitido.

Em outra reportagem da série, o jornal havia mostrado que os índices de suicídio e mortes por câncer são mais altos em regiões agrícolas e estariam ligados ao mau uso dos agrotóxicos, provocado por falta de orientação ao pequeno agricultor. O uso indiscriminado do produto resulta, ainda, no aumento do número de embalagens descartadas sem controle e que deveriam ser recolhidas pelos próprios fabricantes.

SÚMULA é produzida a partir do acompanhamento crítico do que é divulgado na mídia impressa e eletrônica.

## Biodiversidade: uso indevido, empresas multadas

O Ibama autuou (6/7) 35 empresas por uso de recursos nativos sem repartir os benefícios resultantes da exploração econômica de espécies da biodiversidade brasileira. O total de multas aplicado foi de R\$ 88 milhões. A ação fez parte da segunda fase da Operação Novos Rumos, de fiscalização do cumprimento da Medida Provisória 2186-16, de agosto de 2001, que dispõe sobre o acesso e proteção ao patrimônio genético e conhecimento tradicional, informou o site do Ibama (6/7). Houve casos de autuação também por falta de resposta à notificação apresentada na primeira fase da operação e por prestação de informações falsas. A maioria das empresas é multinacional, com sede no Brasil e atua nos ramos cosmético e farmacêutico. Boticário, Jequití, Centroflora, Mapric, Casa Granada, L'oreal Brasil, Pfizer, Merck, Novartis, Unilever, Vitaderm, Weleda e Ambev estão entre as empresas autuadas. Outras 65 também haviam sido notificadas. Diferentemente da Operação Novos Rumos I, em que foram aplicadas sanções leves por se tratar de casos em que houve tentativa de regularização, os autuados na segunda fase arcarão com sanções mais pesadas, por ignorar a legislação vigente, informou *O Globo* (6/7). A realização de pesquisas e desenvolvimento de produtos a partir de elementos da biodiversidade brasileira e de conhecimentos de comunidades tradicionais deve ser autorizada pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, criado no âmbito do Ministério do Meio Ambiente para tratar do assunto.

### A Blitz do amor invade a Cúpula e o RADIS ADVERTE



FOTO: LUCAS P. GRYNISZPANI

# A Rádio Cúpula não se calou



FOTO: SERGIO EDUARDO OLIVEIRA

A Cúpula dos Povos, a voz da sociedade civil na Rio+20, em junho, contou com um espaço especial para os participantes exercitarem seu direito de se expressar: a Rádio Cúpula dos Povos, instalada numa tenda junto ao Museu de Arte Moderna. Reunindo pelo menos 16 entidades, entre ONGs, agências de notícias e emissoras comunitárias, a rádio espalhou nas ondas do Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, uma programação ao vivo das 7h30m às 23h, e também pela internet. Coordenada pelo radialista e jornalista Leonardo Neves (na foto, com camisa vermelha), que atua há oito anos no segmento, a emissora foi fruto de projeto costurado durante três meses com várias rádios comunitárias do Brasil e do mundo. Na Cúpula, cada rádio ou entidade se encarregava de fazer a própria programação e de levar para o estúdio convidados garimpados nos debates das tendas (ver matéria a partir da pág. 22). Qualquer pessoa podia propor um tema, com direito a receber ajuda para fazer um programa e expor suas ideias ao público, como explicou Leonardo Neves.

Além das entrevistas, guarânias paraguaias, sambas de raiz brasileiros, milongas argentinas e outras tantas manifestações musicais mundiais embalaram os visitantes nos sete dias da cúpula.

Ao lado da tenda da rádio, foi instalado o Laboratório de Comunicação Compartilhada, uma redação jornalística a céu aberto, onde os defensores da mídia livre preparavam conteúdo sobre a Rio+20 para divulgar na Rádio Cúpula, na TV, na internet e nos telões espalhados pelo Aterro. O laboratório serviu também como cenário para palestras e oficinas. "A comunicação pode ser ferramenta para transformar

a realidade em diferentes níveis, seja a educação, a saúde, a cultura ou a segurança pública", defendia Adriano Belizário, coordenador do espaço. Paulo Lima, editor da *Revista Viração* e da Agência Jovem de Notícias, umas das redes que produziam conteúdo para o laboratório, viu a Cúpula dos Povos e a própria Rio+20 como um "pretexto político-pedagógico" para compartilhar o que se vem fazendo no campo da comunicação. "É o que a gente anda fazendo não é pouco", disse.

Essa mobilização criativa foi calada na segunda-feira dia 18/6. Atendendo a uma denúncia anônima, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) fechou a rádio oficial do evento na noite de domingo, acusando-a de funcionar sem autorização do Ministério das Comunicações e de estar comprometendo, com seu sinal, a segurança dos voos do vizinho Aeroporto Santos Dumont.

Na hora em que os agentes chegaram para lacrar o equipamento da rádio, um pequeno grupo que observava a realização de um programa ao vivo iniciou um protesto contra a ação. O número de pessoas foi aumentando e a polícia apareceu para cercar a área.

Depois de longa negociação e o oferecimento de um equipamento legalizado para as transmissões, por parte da rádio comunitária de Niterói Pop Goiaba, a Anatel cedeu e prometeu autorizar a retomada da programação assim que o aparelho estivesse regulado. Ainda na segunda-feira o som da Rádio Cúpula dos Povos voltou a ser ouvido. "A volta da rádio é a prova de tudo o que podemos vir a conquistar, se formos firmes em nossa organização e união", disse Leonardo Neves. "Não adianta: aquilo que a lei discrimina, o povo dá". (Tânia Neves)



# Encontros & (des)Encontros

Se todos diziam que a Cúpula dos Povos era um grande ponto de encontro, onde grupos os mais diversos conseguiam se entender a partir de um interesse comum, a equipe da *Radis* comprovou isso. Em mais de uma ocasião, esteve, por assim dizer, na esquina desses encontros, aproveitando e colaborando com as artimanhas do acaso.

- Sexta-feira, dia 15/6, 13 horas. Por pouco não deu tudo errado para a comitiva que veio de Bom Jesus da Serra, na Bahia, para participar da mesa *O Futuro que queremos é sem amianto*. Vai-e-vem de telefonemas, idas e vindas pelo Aterro do Flamengo, pausa para o almoço e... nem sinal do evento. Aproveitamos para uma rápida entrevista com membros da comitiva, nos jardins do Museu da República. No meio da entrevista, um telefonema do subeditor da *Radis* para a repórter avisava que a palestra, programada inicialmente para a Tenda 1, estava se realizando naquele exato instante, na Tenda 2. A coincidência fez com que o grupo chegasse a tempo de participar da mesa.

- No mesmo dia, depois de uma mesa cancelada, subeditor e fotógrafos da *Radis* caminhavam para a área de imprensa da Cúpula em busca de informações atualizadas,

quando foram surpreendidos por uma multidão. Cerca de mil pessoas estavam reunidas em torno do teólogo e escritor Leonardo Boff, no lançamento da Rede Brasileira da Carta da Terra. Naquele exato momento, ele apresentava o documento, “fruto do encontro de quilombolas, negros, indígenas, universitários, do povo”. Graças às mudanças de última hora na programação, nossa equipe acabou se conduzindo para aquele local e acompanhou o lançamento da Rede, formada por 30 organizações, que chamavam a atenção da sociedade civil para que os princípios presentes na Carta fossem inseridos na legislação brasileira e nas políticas públicas.

- O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, quase onipresente no período da Rio+20, foi requisitado da Cúpula dos Povos ao Riocentro, passando pelo recanto do empreendedorismo, no Forte de Copacabana. Na hora marcada com a editora da *Radis* para a entrevista desta edição, na noite de domingo, 17/6, no Forte, onde acabara de fazer uma fala, ele já estava sendo levado pelo braço pelo organizador de um outro evento, fora dali. O jeito era seguir junto com ele de carro. A entrevista foi feita durante o trajeto. Como a cidade estava bem engarrafada, houve tempo suficiente para a conversa com a *Radis*.

- Também coube à revista facilitar um encontro histórico, durante a Assembleia dos Povos, dia 22/6. Na grama do Aterro sob o sol, qualquer sombra era bem-vinda. Ao cedermos lugar para um senhor, descobrimos que se tratava do belga François Coulthard, do Fórum Mundial de Alternativas (FMA), amigo de longa data do diretor nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), João Pedro Stédile. Do ângulo onde se sentou, Coulthard pôde ser visto pelo companheiro de lutas, que se dirigiu a ele para trocar um longo abraço, dar dois dedos de prosa e despedir-se. “A gente se encontra, companheiro”, disse Coulthard. Ao que Stédile respondeu: “Sim. Em algum lugar do mundo”.



FOTO: SÉRGIO EDUARDO OLIVEIRA

## O crédito da Rio+20 nos créditos de carbono

Em vez de exaltar e utilizar, a Rio+20 poderia ter posto em questão o mecanismo de créditos de carbono, definido pelo Protocolo de Kioto, para compensar emissões de gases do efeito estufa, e em vigor desde 2000. Uma tonelada de CO<sub>2</sub> reduzida ou retirada da atmosfera equivale a um crédito de carbono, que pode ser negociado no mercado mundial. Os países que não conseguem ou não desejam reduzir suas emissões podem comprar os créditos em países em desenvolvimento.


O governo brasileiro propôs que fossem feitas compensações das emissões decorrentes da realização da conferência, programando, inclusive, cerimônia de lançamento do projeto e exaltando procedimento que merece ser revisto e que é alvo de pertinentes críticas. Com grande alarde, o ministro Antônio Patriota, das Relações Exteriores, “inaugurou”, na sala de imprensa do Riocentro, o mecanismo de compensação das emissões, no dia 14/6, para incentivar os participantes da conferência a doarem, *online*, o equivalente às suas emissões em deslocamentos para o Rio de Janeiro.

A fundação ambiental alemã Heinrich Böll e a organização Repórter Brasil de monstraram, na cartilha *O Lado B da Economia Verde — Roteiro para uma Cobertura Jornalística Crítica da Rio+20*, ser um contrassenso o pressuposto de que a adoção de mecanismos de produção menos poluidores deve ser compensada financeiramente. “Quem polui demais, em vez de reduzir os danos (o que sai muito caro), paga (mais barato) para que outrem polua ou desmate menos e as contas se equilibrem no zero a zero”, aponta a cartilha.

O uso de mecanismos tradicionais de mercado, buscando-se salvar o planeta de forma atrelada aos benefícios que o capital pode trazer, nega que as crises climáticas e ambientais são decorrência direta de um modelo de desenvolvimento predador e depredador, observa apropriadamente o texto. Nem os organizadores da Rio+20 nem a maioria dos jornalistas da mídia comercial leram a cartilha. (integra em [www.repporterbrasil.org.br/documentos/oladobdaeconomiaverde.pdf](http://www.repporterbrasil.org.br/documentos/oladobdaeconomiaverde.pdf))

▶ O ministro da Fazenda, Guido Mantega, parece ter estranhado a pertinência da pergunta que lhe fez o coordenador do Programa *Radis* durante entrevista coletiva, no Riocentro, dia 21/6, na Rio+20. Queríamos saber de Mantega, que acabara de sair de uma reunião com a delegação da China, com que metas e condições de financiamento o governo brasileiro pretendia garantir a implementação de políticas intersetoriais para o desenvolvimento sustentável e população saudável — o que não fora contemplado no documento final da Rio+20. Com certo desconforto, como se o tema não fosse adequado àquela coletiva, Mantega acabou não respondendo com a mesma objetividade e interesse com que

recebeu as perguntas que se seguiram — três sobre aumento de gasolina no dia seguinte, que nem aconteceu, e uma sobre regras para transações financeiras entre os dois países.

▶ Da mesma coletiva, participou o ministro da Educação, Aloísio Mercadante, que até se empenhou para responder à *Radis*. Não precisou se esforçar, no entanto, para falar de sua pasta. Em meio a uma centena de jornalistas, não houve um que lhe perguntasse por que o governo não negociava com os professores, diante da greve que, há mais de um mês, paralisava as instituições federais de ensino em todo o país. 

Chefes de Estado e suas representações na Rio+20: impasses, adiamento de decisões e distância dos anseios da sociedade civil



Rio de Janeiro  
20 - 22 June

# Menos que o mínimo



## *Desfecho da Rio+20 põe nas mãos da sociedade civil papel crucial para que o documento final retórico e ambíguo traduza-se em metas e ações dos governos*

**L**onge de ter peso decisório e de apresentar metas claras e prazos a serem cumpridos pelos governos, como se desejava, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada de 20 a 22 de junho, no Riocentro, Rio de Janeiro, acabou ganhando outros perfis: “evento de passagem”, ponto de partida e registro de intenções, como foi considerada por aqueles que não quiseram lhe tirar de todo o valor; evento retórico, retrocesso e momento perdido, pelas vozes mais críticas, que consideram que as discussões ficaram muito aquém do pacto político mundial necessário para que se gere riqueza para todos, sem sugar o planeta. “Ninguém pretende pagar a conta de um passivo enorme que temos”, crítica o sanitarista Paulo Buss, coordenador do Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris/Fiocruz), referindo-se aos impasses das negociações entre os Estados durante a conferência.

*Radis* acompanhou de perto, com equipe reforçada, o desenrolar dos trabalhos oficiais, no Riocentro, e a expressão da força da sociedade civil nas tendas da Cúpula dos Povos, que reuniu organizações, coletivos e movimentos sociais de 15 a 23 de junho, no Aterro do Flamengo (ver matéria a partir da pág. 22). Cobertura dos debates, entrevistas exclusivas e registros fotográficos dão uma dimensão da diversidade de causas em pauta e de vozes de prontidão. Afinal, se o desfecho da Rio+20 decepcionou — e, por isso mesmo —, é preciso estar mobilizado, pois a luta continua.

*Reportagem: Adriano De Lavor, Anna Carolina Düppre (estágio supervisionado), Bruno Dominguez, Eliane Bardanachvili, Elisa Batalha e Rogério Lannes Rocha, da equipe da Radis, e Ana Cláudia Peres e Tânia Neves (especial para a Radis). Fotos: Marina Boechat, Sergio Eduardo de Oliveira (especial para a Radis) e Lucas Pelegrineti Grynspan (estágio supervisionado). Tradução: Márcia Krengiel (especial para a Radis)*

A definição do *Futuro que queremos*, título do documento final da Rio+20, ficou adiada para o futuro. Em vez de trazer desde já claros indicadores de sustentabilidade a serem adotados pelos países, o texto deixou para 2015 o prazo de implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs), que, por sua vez, ainda precisarão ser especificados (ver matéria na pág. 21). Ficaram ausentes, ainda, das 49 páginas e 283 itens do documento as definições de mecanismos de financiamento da sustentabilidade. O esperado Fundo das Nações Unidas para o Meio Ambiente, de 30 bilhões de dólares ao ano, sugerido no início das negociações pelo G77+China (bloco das nações em desenvolvimento, do qual o Brasil faz parte, criado em 1964 e que hoje conta com mais de 130 países), não vingou. Com Canadá e Estados Unidos à frente, os países desenvolvidos resistiram à ideia, alegando dificuldades, por conta da crise econômica internacional. “Houve assentimento da maior parte dos chefes de Estado para reunir 460 bilhões para salvar o capitalismo financeiro, mas não em aplicar 30 bilhões para o fundo ambiental”, observa o sanitarista Paulo Buss.

Furtado: “entrei numa reunião em 2012 e saí como se estivesse chegando na Rio 92”



FOTO: ELIANE BARDAACHVILI

Buss: “Ninguém pretende pagar a conta de um passivo enorme que temos”



FOTO: DAYANE MARTINS

FOTO: MARINA BOECHAT



## Da Rio 92

“Há uma crise na governança. Precisamos fazer uma reflexão sincera. Não dá para colocar as expectativas nos governos. Precisamos levar em conta o modo de viver das comunidades que não se baseiam no nosso sistema econômico e estão muito bem, saudáveis, seguras, melhores do que os que vivem com dois dólares por dia”.

**Severn Cullis-Szukia, 32 anos, dois filhos, diretora da David Suzuki Foundation, a canadense que aos 12 anos calou os chefes de Estado reunidos na Rio 92, com seu discurso.**

Na manhã da sexta-feira, 22/6, último dia da Rio+20, 36 representantes da Cúpula dos Povos foram recebidos pelo secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, no RioCentro, para entrega da Carta dos Povos, resultante da Cúpula. No encontro, deixaram clara a insatisfação das organizações da sociedade civil com o acordo firmado pelos chefes de Estado. “Dissemos que a Rio+20 foi decepcionante, que nos causou profunda irritação e frustração”, relatou ao fim da reunião fechada à imprensa a secretária geral da International Trade Union, Sharon Burrow, uma das porta-vozes do evento realizado no Aterro do Flamengo. “Os líderes não demonstraram coragem para negociar uns com os outros e aceitaram a baixa ambição dos burocratas”.

Também presente no encontro, o diretor executivo do Greenpeace Internacional, Kumi Naidoo, concordou que a Rio+20 não atingiu as expectativas da sociedade civil: “Não vai levar o mundo na direção que queremos, mas sim na direção que as corporações poluentes e aqueles que destroem o ambiente querem”. “Eles ganharam, não nós”, opinou.

## ITENS ELIMINADOS

“Entrei numa reunião que estava acontecendo em 2012 no Rio de Janeiro e saí como se estivesse chegando no Rio de Janeiro em 92, quando essas coisas ainda iam ser votadas”, apontou o diretor executivo do Greenpeace Brasil, Marcelo Furtado, logo após o fechamento, em 19 de junho, do documento final que seria submetido aos chefes de Estado no dia seguinte. “Existem coisas que conquistamos na *Agenda 21*, que foram eliminadas”, disse, referindo-se ao documento resultante da Rio 92. Entre os exemplos, ele cita a ausência de menção aos limites planetários, isto é, as fronteiras dentro das quais a humanidade deve permanecer para evitar alterações ambientais catastróficas. “Na discussão sobre economia verde, existia a expectativa de que os limites planetários orientassem a visão econômica. Eles estavam na *Agenda 21* e sumiram no texto atual”, observou, para prosseguir em suas críticas: “A definição dos indicadores de sustentabilidade, que era fundamental, não aconteceu. Não tivemos indicador acordado, nem quantos, nem quais serão. Só uma promessa de que daqui até 2015 deverão ser discutidos e elaborados”.

Outro retrocesso, considerou Marcelo, estaria no que diz respeito à proposta de precificação da poluição, isto é, do cálculo de quanto custa poluir, também presente na *Agenda 21*. “Aqui, acabou essa conversa”. Em relação ao compromisso de os países ricos proverem recursos para viabilizar a sustentabilidade, também proposto vinte anos atrás, Marcelo resume: “Não apareceu dinheiro novo e não foi confirmado o dinheiro velho”.

O adiamento de decisões e a postergação de qualquer medida mais concreta em prol da sustentabilidade do planeta, que caracterizaram a Rio+20, levaram o documento final a ser apelidado de *O futuro que não queremos*, conforme registrado no título da reunião de balanço da conferência realizada pela comunidade científica brasileira, em 23 de agosto. Em reportagem no site da Fapesp,

o pesquisador Carlos Alfredo Joly, coordenador do Programa Biota-Fapesp, registrou a expectativa dos pesquisadores de que o documento final reconhecesse, já em sua introdução, os limites planetários, tema em torno do qual o conhecimento avançou muito, desde 1992, como considerou. “Destacar isso no texto final poderia contribuir para uma mudança de paradigmas que definiria uma nova trajetória para o planeta. Mas isso não foi feito”, observou Joly, ressaltando, ainda, que o termo *ciência* foi cortado do texto, no único tópico em que aparecia em destaque.

## AUSÊNCIAS

A importância — ou a falta dela — dada ao tema da sustentabilidade do planeta pôde ser medida pela ausência na conferência dos líderes de países “que dão as cartas” nas relações mundiais, como Estados Unidos, Canadá e Alemanha. “Não é pouco não terem vindo [Barack] Obama e Angela Merkel [chanceler da Alemanha]. Inglaterra também não veio, mostrando que estão envolvidos com o *front* internacional, resolvendo um problema gerado por eles mesmos”, analisa Paulo Buss.

Convidado da Cúpula dos Povos, da conferência oficial e de vários outros eventos paralelos, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos observou que os Estados não entram em políticas de sustentabilidade verdadeiramente, porque estas acabam sempre interpretadas pelos mercados financeiros como obstáculo ao lucro em curto prazo. “As questões ambientais são de médio e longo prazos, e os Estados estão aprisionados ao imediato” (ver entrevista na pág. 15).

“Hoje, estamos mais ameaçados pela democracia do capital, por aquilo que as corporações desejam fazer no nosso território, com a conivência dos nossos governos e a serviço de um novo ciclo de acumulação financeira”, considera a geóloga Lúcia Ortiz, integrante do Grupo de Articulação da Cúpula dos Povos (ver entrevista na pág. 36).

## OBJETIVOS

Para a concepção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, uma comissão com 30 representantes abrangendo todas as regiões do planeta foi instituída durante a 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em setembro, com o compromisso de em um ano apresentar uma proposta. A comissão deverá trabalhar em sintonia com um painel de Alto Nível, nomeado pelo secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, formado por representantes de 26 países, entre eles, o Brasil, representado ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Presidindo este grupo de Alto Nível estão os presidentes da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono, e da Libéria, Ellen Johnson, e o primeiro-ministro da Grã-Bretanha, David Cameron, membro do Partido Conservador britânico e que esteve ausente da Rio+20.

“A liderança de um conservador já dá uma noção do que pode estar vindo por aí”, alerta Paulo Buss, que esteve à frente da inclusão da



FOTO: MARINA BOECHAT

Sharon: líderes não demonstraram coragem para negociar uns com os outros



FOTO: MARINA BOECHAT

Kumi: mundo irá na direção desejada pelas corporações poluentes

temática da Saúde como indicador de sustentabilidade, no documento da Rio+20 (ver matéria na pág. 18 e Radis 118). Para ele, pode-se dizer que “diante da debilidade de propostas mais concretas”, a decisão por se definirem os ODSs pode ser vista como um legado da Rio+20, uma carta de princípios a ser seguida. “Por isso, consideramos que a sociedade civil é muito importante neste momento. Se não pode implementar os acordos, tem força para acompanhar e cobrar”.

## CRISE DE LIDERANÇAS

Da Rio+20 extraiu-se a percepção de uma crise de lideranças mundiais. “Um momento extremamente importante foi perdido quando os chefes de Estado presentes deixaram de tomar decisões fundamentais para superar essa crise civilizatória que vivemos”, diz Paulo Buss.

A ideia de tempo perdido e de falta de entendimento acerca do delicado momento em que se encontram o planeta e seus habitantes também foi apresentada por outros especialistas, como o hidrólogo sueco Johan Rockström, em entrevista ao jornal *Estado de S. Paulo*, em



FOTO: MARINA BOECHAT

## Geração futura presente

“Há coisas nessa agenda que não avançam. Nasci em 1973, no ano 1 do desenvolvimento sustentável, do futuro das gerações. Sou a geração futura [da Conferência de] Estocolmo. Não conseguimos, como geração, o combate à pobreza, a criação de um fundo internacional. Se financiar isso é tão difícil 40 anos depois dessa agenda, o que esperar?”.

**Rodrigo Medeiros, participante dos debates dos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável, no Riocentro.**

25/6, três dias após o término da Rio+20. “O texto [do documento final] não reflete a urgência que enfrentamos. É o encontro de uma geração; nós só nos encontramos assim a cada 20 anos. É uma responsabilidade enorme, um investimento e uma enorme encruzilhada para a humanidade. Se não acertarmos agora, será tarde demais: a Rio+30 não vai resolver”, disse ele ao jornal.

Participante da mesa de balanço ao final do evento, o presidente da Costa Rica, José María Figueres, reconheceu que os chefes de Estado falharam no papel de representar os militantes do desenvolvimento sustentável. “O futuro que queremos é o título certo para o documento da Rio+20, mas o conteúdo do documento não está certo”, disse, conclamando seus colegas a agir imediatamente.

Ao agregar um terceiro pilar — o social — aos dois em que se baseou a Rio 92 — o econômico e o ambiental —, a Rio+20 tornou mais complexa e difícil a necessária discussão



FOTO: MARINA BOECHAT

José María, presidente da Costa Rica: chefes de Estado falharam na representação dos militantes da sustentabilidade

sobre a sustentabilidade. “Em 1992, a reunião foi mais fortemente ambiental. Em 2012, buscamos que a agenda fosse estendida para incluir a discussão socioambiental. E demos muito boas vindas à entrada dos temas de combate à pobreza, desigualdade, economia justa e sustentável, porque achamos que o desafio é maior do que a discussão ambiental”, avalia Marcelo Furtado, do Greenpeace. “Mas no momento em que você amplia os temas, pode diluir os resultados. E foi exatamente o que aconteceu. E isso significa gente condenada à pobreza, ao desemprego, a ser vítima das mudanças climáticas, à fome, falta de água”, analisa o ambientalista.

“E a conferência nada fez a não ser uma promessa de que até 2015 tudo talvez poderá ser resolvido, dependendo da vontade política dos governantes presentes. Isso mostra uma falta de liderança completa”, observou, fazendo coro com a análise de Paulo Buss. Para Marcelo, diante desse cenário é preciso fazer algo mais do que mudar os hábitos de produção e de consumo. “É preciso começar a pensar em mudar nossos líderes”.



A comunidade científica demonstrou sua insatisfação com o documento final, em balanço da Rio+20

## Para Dilma, um ponto de partida



FOTO: BRUNO DOMÍNGUEZ

Dilma: consenso não significa que os países não possam fazer mais

A presidenta Dilma Rousseff tratou o documento final da Rio+20 como um “ponto de partida”. Para ela, os negociadores brasileiros construíram o “consenso possível” no atual contexto histórico. “As mais de 190 partes envolvidas chegaram a esse consenso, o que não significa que os países não possam fazer mais”, disse, em coletiva pouco antes

do encerramento da conferência. “O que não podemos conceber é que alguém fique alguém dessa posição mínima”.

Dilma reconheceu lacunas no texto, notadamente no que tange ao financiamento das ações. “Os países desenvolvidos não quiseram assinar e temos de respeitar, porque não vivemos mais em um mundo bipolar, nem em um mundo do pensamento único”, comentou. “Ser multilateral significa levar em conta a outra posição: não temos como tirar uma posição comum nas conferências das partes sem levar em conta que elas estão em estágios diferenciados de consciência e de compromisso”.

Na sessão de encerramento da Rio+20, a presidenta reforçou que o documento aprovado não retrocede em relação às conquistas da Rio-92, da Cúpula de Joanesburgo de 2002 e a todos os compromissos assumidos nas demais conferências das Nações Unidas. “Um passo histórico foi dado em direção a um mundo mais justo, equânime e próspero, para que a pobreza seja erradicada e o meio ambiente protegido”, discursou.

# 'Os Estados estão aprisionados ao curto prazo'



FOTO: MARINA BOECHAT

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos é um crítico contundente do atual modelo de desenvolvimento baseado no lucro e no livre mercado, e pôde expôr suas análises e reflexões nos mais diversos fóruns, durante a Rio+20. Convidado da Cúpula dos Povos, ele participou também de uma mesa no Forte de Copacabana, em meio ao empresariado, de um dos Diálogos Temáticos oficiais do RioCentro e de um bate-papo na Arena Socioambiental, no Museu de Arte Moderna, onde foi aclamado pelo público. Nesta entrevista à *Radis*, ele fala dos limites do capitalismo, no sentido de priorizar as pessoas, em detrimento do lucro. "Uma sociedade de mercado, onde tudo se compra e tudo se vende, é moralmente repugnante".

## **Durante a Rio+20, estiveram em questão as situações-limite vividas por nós hoje no planeta. Por que e como chegamos até esse ponto?**

Essa é uma questão de organização social que não é de agora, e trata fundamentalmente do capitalismo como modo de produção e de organização da sociedade, uma ideia baseada em um egoísmo social, um modelo econômico de desenvolvimento e crescimento infinitos, centrado no lucro e no empreendedorismo. As lutas sociais ao longo desses séculos procuraram refrear esta vertente amoral do capitalismo. O capitalismo não pode ser moral no sentido de pôr as pessoas em primeiro lugar e os seus lucros em segundo, porque a lógica do modelo é priorizar o lucro. A acumulação é infinita e, portanto, a riqueza não deve ter limites. Quem põe os limites são as organizações políticas, os movimentos sociais. O pensamento é que os mercados devem ser livres, o menos regulados possível, e todo desenvolvimento econômico e social, a ele submetido, o que obviamente leva à privatização, por exemplo, das políticas públicas na área da saúde ou da educação. Outro pilar desse pensamento é que o Estado deve ter uma intervenção mínima na sociedade, e menor ainda na economia. As reformas fiscais dos países buscam asfixiar o Estado.

## **De que forma?**

Na Europa, foi praticamente consensual adotar-se uma maior taxação sobre os ricos do que sobre os pobres e classes médias, e foi com base nesse sistema fiscal que os Estados construíram as políticas públicas, que são interações não mercantis. Quem quer ter saúde pode não ter dinheiro, mas tem o sistema de saúde. Portanto, o Estado foi o grande agente do enfrentamento desta lógica baseada no lucro, no individualismo e no mercado. Nos últimos 30 anos, essa trajetória acabou destruída. Como isso foi feito? Não foi apenas por meio dos mercados livres de regulagens, mas com uma nova organização do mercado que se tornou hegemônica: as empresas multinacionais. Elas são responsáveis por mais de metade do PIB mundial, adquirindo um poder econômico que se transformou também num

poder político, e começaram a influenciar as políticas públicas, financiando partidos, financiando campanhas, por lobbies, grupos de pressão, corrupção. Isso veio limitar ainda mais a ação do Estado.

## **Como devemos entender a realização da Rio+20 em um contexto como o que o senhor descreve?**

A conferência já estava planejada, e tinha que se realizar. A ONU é uma organização de países e Estados, e não uma organização de povos ou movimentos sociais. Esses países foram profundamente influenciados por toda a lógica neoliberal, quer os mais de esquerda, quer os mais de direita, e acabaram por entender o mercado como a solução de todos os nossos problemas. A economia de mercado tem seu lugar, mas uma sociedade de mercado, onde tudo se compra e tudo se vende, é uma sociedade moralmente repugnante. Portanto, os estados não estão capacitados para entrar em políticas de sustentabilidade verdadeiramente, porque elas são sempre interpretadas pelos mercados financeiros como obstáculo ao lucro em curto prazo. As questões ambientais são de médio e longo prazo, e os Estados estão aprisionados ao curto prazo.

## **Como se contabilizam os custos sociais dessa atuação no curto prazo?**

É o custo, exatamente, do desenvolvimento insustentável. São custos sociais, custos na saúde das populações. Se tivéssemos outra forma de controle ambiental, não haveria tantas doenças. Se não tivéssemos hoje o desenvolvimento baseado no agronegócio, que consome agrotóxicos que envenenam a comida e produzem câncer e outras doenças, não teríamos, obviamente, tanta gente doente nas nossas cidades, o que faz do desenvolvimento insustentável um custo.

## **Qual terá sido, afinal, o papel da Rio+20 no sentido do que devemos empreender daqui para frente?**

A Rio+20 é um evento internacional que chama a atenção para problemas cuja resolução tem de estar na sociedade. Apesar de tudo aquilo que se disse da Rio 92, de lá foram tiradas muitas promessas que não foram cumpridas. O que se previa na Rio+20 é que faria cumprir essas promessas, e não se está cumprindo. Um exemplo é o das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, em que os países mais desenvolvidos teriam mais responsabilidades, criando um fundo para o desenvolvimento sustentável. Argumentaram que a crise financeira não lhes permite criar esse fundo. Estamos num certo retrocesso em relação a 1992. A Rio+20 segue seu caminho e nós seguiremos o nosso, e parece que os jovens já estão certamente pensando na Rio+40. (*Eliane Bardanachvili*)

**"Se tivéssemos outra forma de controle ambiental, não haveria tantas doenças"**

# Um documento de difícil construção

## Metade da água salgada do mundo não está sujeita a qualquer lei ou controle

O processo de aprovação do documento oficial da Rio+20, *O futuro que queremos*, já se anunciava complicado meses antes da conferência e antecipava o que dele se poderia esperar ao final. Desde a primeira rodada de negociações, em 27 e 28 de março, em Nova York (*Radis 118*), ambientalistas e demais representantes da sociedade civil já consideravam que um documento “pouco ambicioso” se delineava, uma vez que não estabelecia compromissos e metas para os Estados. “A Rio+20 foi um embate entre os países que não queriam ser cobrados e os que não queriam perder o legado conquistado na Rio 92”, como resume o sanitarista Paulo Buss.

O impasse se manteve até as vésperas da reunião dos chefes de Estado, marcada para 20/6. Poucos dias antes, o que se tinha era um documento cheio de ressalvas e colchetes [que marcavam os pontos em torno dos quais não havia consenso], longe de um acordo, chegando-se a cogitar que ele acabaria sendo resolvido fora da conferência, na cidade de Los Cabos, México, pela presidenta Dilma Rousseff, que participava, no dia 17/6, da reunião do G20. “A Rio+20 será discutida na Rio+20”, precisou esclarecer aos jornalistas, no Riocentro, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo, secretário executivo da Comissão Nacional para a conferência.

Na madrugada do dia 16/6, quando, sem acordo, se encerrava o prazo oficial para as negociações pelo Comitê Preparatório — que reunia os negociadores representantes dos diversos países —, o Brasil, como país anfitrião, teve que pegar as rédeas do processo, até então comandado pelas Nações Unidas. O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, coordenador da delegação brasileira, assumiu, então, o compromisso de ter um texto acordado para entregar aos chefes de Estado, antes da reunião do dia 20. O Brasil buscava o consenso, mesmo diante das divergências, afirmava o embaixador Luiz Alberto.

### FIASCO DE COPENHAGUE

No dia 19/6, o ministro Patriota reuniu a imprensa: “Tenho a satisfação de anunciar que cumprimos com o que havíamos nos comprometido — apresentar um texto acordado para os nossos líderes”. O ministro ressaltou o fato de o Brasil ter pego o documento com menos de 40% de seu teor



FOTO: MARINA BOECHAT

Izabella: é fácil falar que documento é pouco ambicioso, com países pobres se comprometendo e ricos se recusando

com consenso e entregar um texto 100% aprovado. A preocupação era que o Rio de Janeiro e o Brasil ficassem a salvo do fiasco da Conferência do Clima de Copenhague, em 2009, na qual não se superaram os impasses entre os países e não se produziu uma declaração conjunta, tendo a Dinamarca, como país-sede, proposto um novo texto, diferente do que estava sendo negociado, para salvar a conferência.

O feito brasileiro, no entanto, teve seu preço: os pontos em que havia desacordo saíram do texto e o resultado foi um documento inócuo, que decepcionou a sociedade civil em seus anseios. Até mesmo o secretário geral da ONU, Ban Ki-moon, admitindo que as negociações “foram muito difíceis”, considerou o documento abaixo das expectativas e disse que esperava um texto mais ambicioso.

“O documento que preparamos não é algo que o Brasil inventou, é fruto de negociação”, declarou o ministro Patriota, em referência ao que ocorrera em Copenhague. “Com o Brasil, conseguimos restaurar um verdadeiro processo multilateral internacional, em que todos foram ouvidos, sem recorrer a métodos pouco claros ou não transparentes, já vistos em outras negociações. Havia várias prioridades, mas era prioridade também ter resultado digno de uma conferência desse porte”, considerou o embaixador Luiz Alberto.

### OUSADIA E FRUSTRAÇÃO

Em entrevista coletiva na manhã de encerramento da conferência, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, reconheceu a dificuldade enfrentada pelo Brasil para construir consensos. “É fácil falar que o documento final é pouco ambicioso, quando tínhamos países pobres se comprometendo e países ricos se recusando”, disse. “Precisamos expor essas contradições do mundo”.

FOTO: ELIANE BARDANACHVILI



## Decepção e esperança

“Olhando a Rio 92, veremos que também houve manifestações de pessimismo ao final, na negociação sobre o clima, nas discussões sobre biodiversidade, na Agenda 21. Gostaria e esperava que saíssem metas da Rio+20. Nesse sentido a conferência decepcionou, mas se o processo estiver estabelecido, já é um passo dado. Olhando o que poderia ser, fica uma decepção. Olhando para o que pode advir, fica uma esperança”.

**Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética, no Riocentro.**



Para a ministra, a Rio+20 avançou em relação à Rio 92 e deve ser vista como um acordo-base. “Os países devem tentar fazer mais”, conclamou, destacando seis pontos do texto final. O primeiro foi a adoção de um plano sobre produção e consumo sustentáveis para ser posto em prática nos próximos dez anos. O segundo e o terceiro, a orientação para que sejam criados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com metas (ainda não definidas) a serem atingidas por todos os países, e o Fórum de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável, para fiscalizar o cumprimento de compromissos assumidos na Rio 92 e nas conferências subsequentes sobre o tema.

Ela considerou positivos, ainda, a indicação de que é necessário estabelecer novos critérios para medir o desenvolvimento, em substituição ao Produto Interno Bruto, o fortalecimento do multilateralismo e a definição de regras para a conservação da biodiversidade marinha em áreas fora da jurisdição dos países, em alto mar — o tratamento dado à temática dos oceanos no documento, no entanto, foi considerado um fracasso pelos movimentos sociais.

Para o ministro Patriota, o resultado não deixou de ser satisfatório, porque, em primeiro lugar, disse, existiu um resultado. “Era ter texto ou não ter”, resumiu o ministro, que em alguns momentos, no entanto, não escondeu sua frustração. “Existem as ambições do Brasil como participante do processo e o papel do Brasil como coordenador. Eu me sinto frustrado”, admitiu, ao tratar do item sobre direitos reprodutivos das mulheres, que desaparecera do texto.

Abaixo, alguns exemplos de temas que geraram protestos e indignação da sociedade civil, ou que foram de difícil inclusão, revelando a falta de disposição dos Estados envolvidos em pensar no planeta como algo de todos. Os exemplos dão uma medida da importância da vigilância e da cobrança por parte da sociedade civil, nos meses e anos que se seguem.

• **Oceanos** — O documento traz 20 parágrafos sobre o tema e é considerado o primeiro de caráter multilateral a dar esse peso a ele — os oceanos são considerados até mais importantes do que as florestas para a regulação térmica do planeta, como apontam pesquisadores. No entanto, gerou polêmica quanto ao tratamento dado à necessidade de um tratado para regular as águas internacionais, isto é, aquelas que estão fora da jurisdição dos países. Metade da água salgada do mundo não está sujeita, hoje, a qualquer lei ou controle, e teme-se uma corrida para se tirar vantagem dessas áreas. Embora o governo brasileiro tenha considerado um ganho a difícil inclusão, no item 162, da expressão “além das áreas de jurisdição nacional”, indicando que o uso sustentável da biodiversidade marinha deve ser ainda mais abrangente, não se avançou mais do que isso, no sentido de se regular esse espaço, o que ficou postergado para a 69ª Assembleia das Nações Unidas, em 2014. Outro item polêmico referiu-se à pesca industrial predatória, sobretudo de espécies que correm risco de desaparecer nas próximas décadas — um problema para os 200 milhões de pessoas que vivem da pesca e de 2 bilhões que dependem das proteínas dos frutos do mar —, contra a qual não ficaram explícitas novas regras de proteção.

• **Direitos reprodutivos das mulheres** — A expressão, relacionada à autonomia feminina por ter ou não seus filhos, foi retirada do texto, embora a diplomacia brasileira tivesse se comprometido a mantê-la, quando assumiu as rédeas das negociações. O documento fala apenas em *saúde reprodutiva*, sem a palavra *direitos*, por pressão do Vaticano, que participava das negociações apenas como observador (ver matéria na pág. 40).

• **Responsabilidades comuns, mas diferenciadas** — No segundo parágrafo do documento, que trata do compromisso com a renovação do que foi assumido nas conferências anteriores, o texto é específico em reafirmar o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, o que é considerado um ponto positivo do documento: todas as nações são responsáveis pelo desenvolvimento sustentável, mas as mais ricas têm maior dever de contribuir para fomentá-lo, uma vez que têm maior responsabilidade na degradação ambiental, por terem se desenvolvido a custa de energia poluente, uma diretriz da política internacional acordada na Rio 92. A inclusão da expressão, no entanto, ocorreu após intensa negociação. Alguns países desenvolvidos, como Estados Unidos, os da União Europeia, Japão e Canadá, queriam retirá-la do texto, alegando não ser necessário reafirmar o compromisso já assumido. “Isso só se resolveu de madrugada”, contou o embaixador Luís Alberto Figueiredo.

• **Governança do Pnuma** — Outra questão de negociação “extremamente difícil”, como classificou o ministro Antonio Patriota, foi o papel do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), tratado no item 88 do documento oficial. A expectativa de alguns países, como os da União Europeia, era que o Pnuma ganhasse status de agência da ONU, de forma a ter maior poder e autonomia financeira. A posição, que não é compartilhada pelo Brasil, acabou não vingando. O texto final, no entanto, aprovou um “aumento de recursos financeiros, provenientes do orçamento regular da ONU”, o que é considerado positivo pelos movimentos da sociedade civil.

## Não há menção incisiva de que o modelo que está aí precisa mudar

O ministro Patriota, ao lado do embaixador Luís Alberto: “era ter texto ou não ter”

FOTO: MARINA BOCHAT





## A saúde no documento final

A pesar de o documento oficial resultante da Rio+20 ter recebido severas críticas por sua superficialidade e pela ausência de compromissos assumidos, a abordagem da Saúde no texto foi considerada um avanço. O tema estava totalmente ausente da primeira versão, o *Rascunho Zero*, o que gerou grande mobilização de pesquisadores e formuladores do campo da Saúde no sentido de reverter o quadro (Radis 118). O empenho surtiu efeito.

O tema mereceu seção especial, *Saúde e população*, englobando os itens 138 a 146 (ver a íntegra na seção *Pós-Tudo*, pág. 47). “Reconhecemos que saúde é uma condição prévia, bem como um resultado e um indicador de todas as três dimensões do desenvolvimento sustentável”, afirma a abertura do primeiro item.

Essa conquista, no entanto, não dispensa a permanente vigilância da sociedade civil, quanto à forma como o que está escrito será interpretado e levado à frente. Em seus itens seguintes, por exemplo, o texto trata de doenças transmissíveis e não transmissíveis, afirmando a necessidade de se cessar a transmissão vertical e que o desenvolvimento sustentável deve considerar a forma como são produzidas doenças como câncer e diabetes, que por sua carga prejudicam o desenvolvimento. “Dai se conclui que é preciso trabalhar com maior regulação sobre a indústria de alimentos, por exemplo”, aponta Paulo Buss, ressaltando o cuidado que se deve ter na tradução dos objetivos gerais em propostas locais e globais. “É aí nos detalhes que está o perigo. É preciso vigiar esse trabalho de um ano”, alerta, referindo-se à concepção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que deverá ter uma primeira versão apresentada pela comissão das Nações Unidas, em 2013.

Já o item 139, que trata da cobertura universal

em saúde, traz uma ambiguidade, analisa Paulo. “O documento diz que todas as pessoas devem ter acesso ao sistema de saúde, mas isso pode ser inequitativo. Universalidade não necessariamente significa que o sistema será equitativo ou integral; muito menos gratuito”, observa, ao mesmo tempo em que ressalta a importância de o tema estar registrado no documento. O texto, no entanto, não faz menção à integralidade. “Não está no documento o atendimento integral, que diz respeito não só à atenção básica, mas à satisfação das necessidades do indivíduo até quanto ele precise”.

Outro exemplo, ainda, da importância do acompanhamento pela sociedade civil é o item que trata de cooperação internacional e reforço aos sistemas de saúde (142): está prevista a promoção de acesso a medicamentos para todos e incentivo à prestação de assistência aos países em desenvolvimento a esse respeito. “Isso é muito importante, mas sempre assinalamos que não há sentido em incentivar e realizar distribuição de remédios exclusivamente. Isso não reforça o sistema de saúde, é uma relação vertical. Defendemos que a relação seja horizontal, isto é, que se promova o reforço ao sistema de saúde como um todo, não no que diz respeito a remédios”, diz Paulo.

É na seção dedicada à saúde que se deu a crítica substituição da expressão *direitos reprodutivos*, relacionada à autonomia feminina por ter ou não seus filhos, por *saúde sexual e reprodutiva*, para que a palavra *direitos* não fosse enfatizada, resultado de pressão do Vaticano, que participava das negociações apenas como observador. “O documento tem dois parágrafos [145 e 146] sobre isso, extremamente ambíguos – reflexo da dificuldade política que esse tema teve durante as discussões. Foi um revés importante”, avalia Paulo.

## Economia verde e os negócios

Vários fóruns trataram da economia verde no âmbito da Rio+20. Para travesti-la de justa e necessária ao desenvolvimento do planeta, para apresentar seus benefícios para o mundo corporativo, ou para tecer críticas fervorosas à expressão, perigosamente aberta às mais variadas interpretações. No *Fórum de Sustentabilidade Corporativa*, promovido com a chancela do Pacto Global das Nações Unidas, o porta-voz do evento, Tim Wall, afirmou que a transição para a economia verde não era uma opção, mas uma necessidade. “Não se importar hoje com o desenvolvimento sustentável é ruim não apenas para o meio ambiente, mas principalmente para os negócios”, afirmou.

No mesmo evento, Yolanda Cerqueira Leite, secretária executiva da rede brasileira do Pacto Global, propôs “martelar” o pensamento de que a escassez dos ativos ambientais é um risco para o futuro dos negócios, a fim de conquistar empresários para o Pacto, que conta hoje com 7 mil empresas signatárias no mundo e espera chegar em 2020 com 20 mil. “O governo é um grande comprador, deveria incorporar em suas exigências as questões ambientais”, propôs.

Já na mesa *Disputas de hegemonia nos espaços públicos de controle social e democracia participativa*,

na Cúpula dos Povos, imperou a crítica sobre a economia verde, nas falas do professor de Economia da PUC-SP, Ladislau Dowbor, e do sociólogo Moacir Gadotti, presidente de honra do Instituto Paulo Freire. Gadotti afirmou que os governos estão fazendo pouco para enfrentar os desafios ambientais e sociais, focando-se mais nas questões econômicas. No caso brasileiro, disse, o governo deveria contar mais com a população e não com o Congresso, que se alia mais facilmente ao capital. E questionou: “Verde é somente a economia solidária, pois sustentabilidade tem a ver com privilegiar as pessoas, investir nas pessoas, fazer circular o conhecimento em vez de precificá-lo”.

Ladislau Dowbor completou a análise, lembrando que, na medida em que o conhecimento circula, todos ficam mais ricos. “Se todos têm o conhecimento, podem se organizar e produzir sem ter que esperar por fábricas, corporações etc.”. Para o professor, o processo para alcançar esses objetivos começa na relação das pessoas com seu lugar, sua cidade, seu entorno. “É importante para o cidadão se apropriar da cidade, tirar das mãos das empreiteiras, dos conglomerados, e se organizar para viver sem uma pegada tão pesada como a que o atual modelo obriga”.

# 'Saúde é pré-requisito para desenvolvimento econômico'



FOTO: MARINA BOECHAT

O economista norte-americano Jeffrey Sachs foi uma das vozes dissonantes ao final da Rio+20: em vez de engrossar o coro dos descontentes com o documento final da conferência, disse estar satisfeito com o resultado da negociação entre os países. Conselheiro do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ele viu os chefes de Estado aprovarem no Rio uma de suas sugestões: a criação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ver matéria na pág. 21). Diretor do Earth Institute e professor de Desenvolvimento Sustentável e Políticas de Saúde na Universidade de Columbia, Jeffrey Sachs já foi apontado pelo *New York Times* como "possivelmente o economista mais importante do mundo". Para ele, saúde deve ser vista como parte do desenvolvimento sustentável.

## Como avalia o documento final da Rio+20?

Estou muito satisfeito com a adoção do conceito de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que devem ser uma importante forma de conscientizar e mobilizar o mundo para agir. Eles funcionarão no mesmo molde dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, também uma chamada global à ação, voltada a combater a pobreza extrema. Embora longe de serem perfeitos, os ODM cumpriram seu papel: nenhum país precisou se comprometer legalmente a fazer qualquer coisa, ainda assim conseguimos incentivar governos e sociedade a se concentrar mais na pobreza.

## Como esses objetivos serão definidos?

A ideia é que sejam estabelecidos até setembro de 2013, quando a comunidade internacional se encontrará na Organização das Nações Unidas para a revisão final dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Eles devem estar baseados em quatro pilares: eliminar a pobreza extrema; levar a uma sociedade sustentável, com baixa emissão de carbono e produção sustentável de alimento, por exemplo; promover uma sociedade de inclusão, que lute contra a desigualdade; e incentivar a boa governança para o desenvolvimento sustentável.

## A inclusão do combate à pobreza foi apontada como o principal avanço do documento da Rio+20. Como vê a prioridade dada a esse ponto?

A prioridade dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável deve ser eliminar a pobreza extrema. Essa meta deve estar acima das demais, é a mais urgente. As pessoas que vivem em um estado de extrema pobreza lutam por sua sobrevivência todos os dias. Mais de sete milhões de crianças morrem todos os anos porque não têm acesso ao básico: alimentos, medicamentos, vacinas. Isso é inaceitável. Além disso, estou extremamente preocupado com a possibilidade de as mudanças climáticas reverterem os ganhos de redução da pobreza, já que a maioria dos pobres do

mundo vive em ambientes hostis. Os que mais sofrem são aqueles que moram em lugares secos, os piores para serem habitados, onde é difícil cultivar alimentos e conseguir água potável. O clima está tornando esses lugares ainda mais secos. Se vamos realmente tratar da pobreza, temos que tratar das mudanças climáticas. Se vamos tratar dessas mudanças, temos que assegurar que os pobres tenham acesso às tecnologias — bombas d'água, eletricidade.

## Os militantes da Anistia Internacional criticaram o pouco destaque dado aos direitos humanos no documento, inclusive com a exclusão dos direitos reprodutivos das mulheres. Como vê essa questão?

A filosofia central de tudo que nós estamos fazendo é a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ela é o espírito das Nações Unidas, afirmando que todo indivíduo tem direito a não somente liberdade política e civil, mas também às necessidades básicas — cuidados de saúde, água, educação, moradia etc. Acredito que a visão dos direitos humanos permeia todo o documento da conferência, com menções por exemplo à inclusão social, um pilar importante do desenvolvimento sustentável.

Quanto aos direitos reprodutivos, sabemos que muitos governos detestam esse tópico. Bispos, padres e outros líderes religiosos são muito resistentes, e nossos políticos geralmente não são os mais corajosos. Isso é gravíssimo. Eu trabalho em países muito pobres, onde as mulheres não têm acesso ao planejamento familiar e têm seis ou mais filhos sem condições de sustentá-los. Eles, então, não conseguem ter boa educação, boa alimentação, bons cuidados com a saúde. Os lugares com alta taxa de fertilidade não alcançam o desenvolvimento econômico. Assim, países pobres pagam um preço muito alto pela falta de acesso ao planejamento familiar.

## De que forma associa desenvolvimento sustentável e políticas de saúde, fazendo uma interface entre essas duas áreas, como pesquisador?

Eu não trabalhava com saúde até 1995, quando passei a olhar para a África, com as epidemias de aids, malária e tuberculose. Comecei a me perguntar como poderia fazer meu trabalho como economista quando tantas pessoas estavam doentes e morriam em larga escala. Então compreendi que a saúde é um pré-requisito para o desenvolvimento econômico, não apenas um resultado. Os problemas do mundo não se encaixam na maneira com que classificamos o conhecimento. Dizer a um economista que ele pode estudar economia e não ajudar a diminuir a pobreza, faz algum sentido, mas dizer a um economista para resolver o problema da pobreza e não pensar em saúde, é impossível. *(Bruno Dominguez. Tradução: Márcia Krengiel)*

**"A prioridade do desenvolvimento sustentável deve ser eliminar a pobreza extrema"**

## Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável

The Economics of Sustainable Development, including Sustainable Patterns of Production and Consumption

A Economia do Desenvolvimento Sustentável, Incluindo Padrões Sustentáveis de Produção e Consumo

- #6 Adotar padrões de carbono e utilizar recursos renováveis para estimular a fortalecer a economia
- #7 Utilizar índices relacionados à saúde para medir o progresso para o desenvolvimento sustentável
- #8 Promover compras governamentais sustentáveis em todo o mundo como catalisador para padrões sustentáveis
- #9 Estabelecer uma comissão das Nações Unidas para criar indicadores-chave de desempenho que possam ser integrados ao cálculo do Produto Interno Bruto
- #10 Organizar uma conferência internacional sobre governança global em 2012

Na série de dez debates oficiais no Riocentro, formalidade e falta de autonomia

# 'Diálogos' oficiais, debates controlados

Em uma busca por viabilizar a participação da sociedade civil nas discussões oficiais da Rio+20, os organizadores da conferência incluíram na programação os *Diálogos para o desenvolvimento sustentável*, uma série de debates que reuniram no Riocentro, entre os dias 16 e 19 de junho, pesquisadores, políticos, empresários e representantes de povos e de movimentos sociais de várias partes do país e do mundo, em torno das questões voltadas à sustentabilidade, com vistas a tirar recomendações que seriam levadas aos chefes de Estado.

Apesar dos muitos nomes respeitados que participaram, e das opiniões favoráveis à iniciativa, como a do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, para quem os diálogos representaram "um elemento inovador", não faltaram críticas, inclusive dos próprios convidados, à forma como os debates se organizaram, a começar pelo seu caráter oficial — em vez de uma iniciativa da sociedade civil. O evento foi considerado formal e burocrático, com discussões controladas, sem autonomia e sem instigar de fato a troca proposta.

Foram organizadas dez mesas, cada uma com dez participantes, que debateram os temas trabalho decente, crise econômica, combate à pobreza, produção e consumo, florestas, segurança alimentar, energia, água, cidades e oceanos. Cada diálogo discutiu dez recomendações relativas ao seu tema, que resultaram de discussões virtuais, realizadas previamente em plataforma específica via internet ([vote.riodialogues.org](http://vote.riodialogues.org)), envolvendo mais de 11 mil pessoas, de 190 países, de acordo com a ONU. Ao final de cada debate, eram definidas três propostas entre as dez iniciais, que seriam encaminhadas aos chefes de Estado — uma indicada pelos palestrantes, uma por integrantes da sociedade civil que participaram de reuniões prévias e outra pelos internautas.

## ARMADILHA

Para o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (ver entrevista na pág. 15), que integrou a mesa sobre combate à pobreza, os diálogos não teriam por que transcorrer de forma animada e otimista, como se anunciou. "Apesar de haver organizações da sociedade civil, eram aquelas que os governos convidaram, e normalmente os governos já convidam as organizações que estejam mais próximas das suas agendas", apontou. "Podíamos ter feito melhor do que fizemos nessas dez recomendações", disse, referindo-se aos dez pontos em discussão no *Diálogo 3*. Um conceito que considerou problemático foi o de redução da pobreza. "É uma armadilha para não lutar contra a concentração de renda?", indagou. "Para mim, neste momento, a proposta mais importante é a luta contra a concentração de renda. É preciso realmente que a disparidade entre ricos e pobres desapareça, mas isso não estava lá [em debate]".

Exemplo de encaminhamento de discussão questionado por Boaventura no diálogo do qual participou, referiu-se à expressão *educação global*, proposta como caminho para erradicação da pobreza e para alcançar o desenvolvimento sustentável. "Que educação? Para quem? Pode ser uma educação que respeita a diversidade ou que destrua a diversidade dos povos, que permita uma maior qualificação dos diferentes saberes (saber popular, saber científico), ou pode ser uma educação que desqualifica os saberes populares", observou Boaventura, em entrevista à *Radis*. "Pode-se falar em educação global como um negócio e isso é exatamente o oposto do que devemos fazer".

## DE CIMA PARA BAIXO

Algumas organizações voltadas à sustentabilidade haviam se recusado a participar dos *Diálogos*, embora tivessem recebido convite, como Greenpeace Brasil e SOS Mata Atlântica. Antes do início da Rio+20, o comitê organizador da Cúpula dos Povos divulgara nota apontando os *Diálogos* como tentativa de pasteurizar o debate e uma forma de acomodar "a falácia da economia verde". Na nota, ainda, o comitê considerou que os diálogos haviam sido estabelecidos "de cima para baixo" e não estavam de acordo com a característica das redes de organizações e movimentos que prepararam a Cúpula dos Povos, de "abertura de espaços de

## Unificar!

"Nosso movimento é de luta dos trabalhadores, dos sindicatos, dos indígenas. Estão oprimindo o mundo. Precisamos unificar para triunfar".

**Nestor Villatoro, da Liga Internacional de la Lucha de los Pueblos, organização presente em 45 países e participante da Marcha dos Povos.**

participação e diálogo visando à conquista de políticas públicas que façam avançar a democratização no âmbito dos Estados, a justiça social e ambiental e a distribuição da renda e riqueza”.

Em um balanço sobre a iniciativa oficial, o site Terra Viva observou que o evento, anunciado como inovação ao trazer para os debates a participação de internautas e da população civil como parte da programação oficial da Rio+20, “trouxo também dúvidas sobre o futuro das recomendações ali definidas”, uma vez que o documento final da conferência não contemplou os anseios da sociedade. “Da forma como está agora tendemos a viver pior – pelo menos uma parcela significativa da população que vai enfrentar mais guerras, migrações e escassez de alimentos. Para se ter uma vida melhor, é preciso muito mais”, analisou em entrevista ao site o professor Elimar Pinheiro do Nascimento, do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, que esteve presente no segundo dia dos *Diálogos*. “O que pode ser questionado é a natureza das discussões”, disse. “É preciso sinalizar que os países

do Norte não podem crescer mais, têm que estacionar suas economias, e que os países do Sul também têm que mudar sua forma de crescimento”.

## DOMESTICAÇÃO

O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS) também fez um balanço dos *Diálogos*, durante a Cúpula dos Povos, divulgado na internet. Para João Paulo Capobianco, representante do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), “Esse modelo de *side events*, com chancela oficial da ONU e acontecendo no Riocentro, esvaziou o Aterro”. Ele considerou que o formato da Rio+20, diferente do ponto de vista da organização da participação da sociedade, já que na Rio 92 o segmento oficial se concentrou no Riocentro e a sociedade civil planetária estava toda reunida no Aterro. “Os *Diálogos* promoveram a domesticação do debate livre que a sociedade deveria fazer, acabou sendo uma coisa muito comportada”. (E.B. com T.M.)



# Sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Os itens 246 a 251 do documento oficial da Rio+20 tratam dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs), que orientarão as nações a partir de 2015, quando se encerra o prazo para se alcançarem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs). Enquanto os ODMs tinham como foco os países mais pobres, os ODSs deverão ser alcançados por todas as nações. Serão elaborados, por uma comissão de 30 membros, designados durante 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro. Essa comissão trabalhará em diálogo com o Fórum de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável, constituído em agosto pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, e que tem entre seus 26 membros a representação brasileira da ministra Izabella Teixeira.

A comissão voltada aos ODSs terá representação de todas as regiões do planeta e deverá trabalhar na construção das novas metas, de modo a apresentar uma primeira proposta em 2013. De acordo com o item 246, os ODSs serão baseados na Agenda 21 e no Plano de Implementação de Joanesburgo, de 2002 — que reafirma os compromissos e os acordos firmados na Rio 92 para listar novas prioridades, do ponto de vista social, como a erradicação da pobreza — e deverão contribuir para “a plena implementação dos resultados de todas as principais cúpulas, nos âmbitos econômico, social e ambiental”.

Ainda segundo o documento da Rio+20, os ODSs devem ser “orientados para a ação, concisos e fáceis de comunicar, em número limitado, de natureza global e universalmente aplicáveis a todos os países, tendo em conta as diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento e respeitando as políticas nacionais e prioridades”, como mostra o item 247.

A constituição do grupo de trabalho e a forma

como este vai operar também estão indicadas. Deverão ser garantidas a plena participação das partes interessadas, levada em conta a experiência da sociedade civil, da comunidade científica e do sistema da ONU, “a fim de fornecer uma diversidade de perspectivas e experiências”, diz o item 248.

As metas de sustentabilidade que vierem a ser traçadas deverão ter sua implementação avaliada pelos 26 membros do Fórum de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável, criado em substituição à Comissão do Desenvolvimento Sustentável resultante da Rio 92 e considerada pouco operante.

## CONJUNTO DE OPORTUNIDADES

Os ODSs serão orientadores do pacto global para o desenvolvimento sustentável, indicando que ações serão levadas à frente, quais os objetivos a serem pactuados, o tempo de execução dessas propostas e a forma de financiamento. Esse é o processo que deve ter acompanhamento de perto da sociedade civil.

Em artigo de balanço da Rio+20, *Desenvolvimento Sustentável e governança global para a Saúde – Da Rio+20 aos ODGs, pós-2015*, os pesquisadores Paulo Buss, José Roberto Ferreira, Claudia Hoirisch e Álvaro Matida, todos da Fiocruz, observam que, embora não tenha lançado novos processos ou modificado significativamente o cenário ou estabelecido objetivos e metas, e, ainda, embora tenha perdido a oportunidade de redirecionar sensivelmente as ações em prol do desenvolvimento sustentável, a Rio+20 reafirmou conceitos-chave e compromissos e criou um conjunto de oportunidades para a Assembleia Geral das Nações Unidas e outros fóruns constituírem o verdadeiro legado do evento.

# A voz da sociedade civil ecoa por justiça social e ambiental

Evento transforma o Aterro do Flamengo em ponto de convergência de lutas e define Carta com reivindicações e alternativas para o planeta



Ativistas se reúnem na Assembleia dos Povos, que encerrou a Cúpula no Aterro do Flamengo: Babel às avessas

**A** adolescente carioca Elisa Dourado, 16 anos, estava a caminho da Plenária 5, que tratava de trabalho, economia e novos paradigmas da sociedade, enquanto, na tenda Patrícia Galvão (Pagu), o ativista do Greenpace Danyclay de Aguiar assistia a uma palestra sobre ecossocialismo. Na Eldorado dos Carajás, o mineiro Daniel Guaracy juntava-se aos integrantes do Centro Nacional de Afroresistência das Culturas Brasileiras (Cenarabe) para uma roda de conversa sobre religião. Dirk Henker, alemão, fotografava toda a discussão da tenda Edson Luiz, programada pela Central de Turismo Comunitário da Amazônia, sobre a hidrelétrica de Belo Monte.

Durante nove dias, o Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, transformou-se em ponto de convergência de lutas por justiça social e ambiental, como sede da Cúpula dos Povos, realizada de 15 a 23 de junho, em paralelo à Rio+20, mobilizando a força da sociedade civil. Uma verdadeira “Babel às avessas”, onde todos falavam a mesma língua, como fez questão de comparar o cearense Oswald Barroso, que participava da Plenária 2, cuja temática girava em torno da defesa dos bens comuns e contra a mercantilização. Nos espaços de debate, plenárias e assembleias, sob arenas e tendas batizadas com nomes emblemáticos da luta por direitos humanos, estendendo-se pelas vias do Aterro, a Cúpula dos Povos reuniu gente do mundo inteiro. E levou cerca de 80 mil pessoas, segundo os organizadores, à Marcha dos Povos, passeata realizada no Centro do Rio de Janeiro em um dos dias do evento.

## EIXOS

Foram mais de 1.200 atividades, distribuídas em 60 tendas e arenas montadas ao longo das vias do Aterro e ocupadas pelo movimento de mulheres, indígenas, negros, juventude, agricultores familiares e camponeses, trabalhadores, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, militantes do direito à cidade e religiões diversas, entre muitas outras representações. “Estruturada sobre três eixos, a Cúpula foi organizada para denunciar as causas da crise socioambiental, apresentar soluções práticas e fortalecer movimentos sociais do Brasil e do mundo”, informou Darci Frigo, coordenador da ONG Terra de Direitos e integrante do Grupo de Articulação da Cúpula (GAC). Foi esse grupo, composto por mais de 50 redes nacionais e internacionais, quem idealizou o formato do evento, identificou os principais temas a serem debatidos e desenhou a “metodologia das convergências” para servir como uma espécie de guia para a Cúpula.

## AGENDA DE LUTAS

“Mesclamos atividades autogestionadas, onde pessoas e organizações poderiam, de forma autônoma, desenvolver e propor ações livremente”, explicava Darci. “Essas ações deveriam ser encaminhadas às plenárias que, por sua vez, iriam identificar as causas estruturais e falsas soluções, elaborar saídas e propor uma agenda de lutas a ser apresentada na Assembleia dos Povos, culminando com um documento final com planos de campanhas para as organizações nos próximos anos” (ver matéria na pág.24).

Armadas em grandes arenas ao longo do Aterro, as plenárias foram realizadas nos primeiros dias de

Cúpula. Eram cinco, no total, girando em torno de grandes temas: Direitos por justiça socioambiental; Defesa dos bens comuns contra a mercantilização; Soberania alimentar; Energia e indústrias extrativas; e Trabalho – por uma outra economia e novos paradigmas da sociedade. Assim, enquanto na Plenária 1 era possível debater as mudanças no Código Florestal Brasileiro, na Plenária 5, outros tantos militantes discutiam o controverso conceito de economia verde e argumentavam em favor da economia solidária, que valoriza o ser humano, com base no cooperativismo para a produção de bens e serviços.

De passagem pela Plenária 3, quem se demonstrasse um pouco podia acompanhar os testemunhos sobre os modos de produção alternativos como a agroecologia, que permite cultivar sem o uso de agrotóxicos, não maltrata o solo nem afeta a saúde do trabalhador e gera emprego e renda ao estimular a agricultura familiar. Do mesmo modo, na Plenária 4, era possível conhecer tecnologias sociais, como a construção de cisternas sustentáveis no Semiárido nordestino (*Radis* 94 e 114).

As discussões convergiam para a unificação do movimento e para a construção de uma agenda comum. Ainda assim, havia o desafio de elaborar um documento final da Cúpula que não soasse setorializado. “A Assembleia dos Povos é o momento de apresentação dos consensos, dos resultados ou das convergências que saíram dessas cinco plenárias”, explicou Darci Frigo em entrevista à *Radis*, durante uma das Assembleias. “A redação final do documento tem que garantir que todas as expressões estejam representadas de forma ampla sem cair em preciosismo, ouvindo diferentes vozes”.

## PERSPECTIVA AMPLA

Quem participou das plenárias e assembleias comemorou os resultados. “Extraordinária”, considerou o dramaturgo cearense Oswald Barros, que estava na Cúpula dos Povos a convite da organização Rede Alerta contra o Deserto Verde, para participar de mesa sobre a relação entre cultura e meio ambiente. “Particpei das resoluções que saíram da Plenária 2, que tratou de comunicação e cultura, entre outros bens comuns. O que está sendo apresentado na Assembleia é exatamente o que foi consensuado lá”, afirmou. Para Oswald, as resoluções se tornam um guia muito seguro para ações futuras. “E pensam o planeta em perspectiva muito ampla. As elites e os governos estão longe de pensar nessa perspectiva ampla, como a sociedade civil”, observou.

Durante a Assembleia dos Povos, que encerrava a Cúpula dos Povos, no dia 22/6, chamava a atenção a quantidade de jovens ativistas lendo os relatos de seus grupos. A socióloga e pesquisadora cearense Sarah Luiza, de 29 anos, da ONG Esplar, voltada à agroecologia e agricultura familiar, foi uma delas. Para Sarah, o ponto mais importante da Cúpula dos Povos foi conseguir expandir para a sociedade a discussão sobre a economia verde e fazer a crítica ao conceito, evitando que o debate ficasse restrito aos que esperam lucrar com isso. “A ideia de que tudo que é verde é positivo faz com que as pessoas simpatizem com a tal economia verde, proposta pelos empresários para dar novo fôlego ao capitalismo”, disse, considerando a segunda maior contribuição do evento a articulação





FOTO: SERGIO EDUARDO OLIVEIRA

Nas tendas do Aterro, a sociedade civil debateu os caminhos para a sustentabilidade

e a convergência dos movimentos em torno de uma agenda de lutas comum.

Já Kika Silva, a Doné Kika de Bessen, da Coordenação Nacional das Entidades Negras e ativista da Marcha Mundial de Mulheres, contrapôs um grande avanço na Cúpula a um marcante retrocesso na Rio+20: “O golpe contra os direitos reprodutivos das mulheres tem reflexo direto sobretudo na mulher negra, que está na linha de pobreza e vulnerabilidade”, analisou, referindo-se ao texto oficial da conferência.

“Mas houve avanço na interlocução entre as mulheres africanas, da América Latina e dos Estados Unidos. A assembleia de mulheres rurais trouxe um novo marco de articulação mundial, com a interlocução das experiências, mostrando que nossa luta é mesmo internacional”, avaliou.

### TERRITÓRIO LIVRE

“Capitalismo verde/É pura enganção/Economia feminista é a nossa solução”, na faixa; “Mátria Livre! Venceremos!” ou “Globalizemos a luta! Globalizemos a esperança”, nos gritos de guerra; imagens de Che Guevara e Chico Mendes, nas bandeiras e camisetas. Caminhar pelo Aterro do Flamengo durante a Cúpula era compartilhar um território livre para manifestações de todos os tipos. A voz era dos monges budistas que tocavam hare krishna em ritmo de baião, forró e maracatu, dos signatários de um abaixo-assinado pela inclusão da homeopatia em todos os postos de saúde do município do Rio, dos bem-humorados participantes da Marcha à Ré, manifestação em que se andava para trás a fim de chamar a atenção para o retrocesso sobre as questões ambientais, e dos jovens que com um panelaço, apoiavam estudantes da província canadense de Quebec, em greve por

## As propostas das plenárias

As cinco plenárias da Cúpula dos Povos chegaram à Assembleia dos Povos, ao final do evento, para integrar o documento final que expressou a voz da sociedade civil. Radis reuniu alguns desses itens, encaminhados por cada plenária, antes da síntese, no documento final.

Leia a íntegra das resoluções das plenárias e o documento final da Cúpula dos Povos no site do Programa Radis ([www.ensp.fiocruz.br/radis](http://www.ensp.fiocruz.br/radis))

### Plenária 1: Direitos, por justiça social e ambiental

- Economias cooperativas;
- Distribuição e gestão democrática dos recursos (financeiros, culturais, políticos, naturais e sociais);
- Participação completa da comunidade no processo de definir políticas públicas ao nível local e nacional e em áreas rurais e urbanas;
- Garantia de serviços básicos (saúde, educação, democratização do conhecimento e fim do analfabetismo, oportunidade de habitação para todos), a custos adequados.

### Plenária 2: Defesa dos bens comuns contra a mercantilização

- Direito à terra e ao território, por meio de luta em defesa do ordenamento territorial e por regularização fundiária com participação ativa dos povos, tendo como importante instrumento a cartografia social, para que as comunidades possam ter controle de seu território;
- Pela Reforma Agrária, promoção da soberania alimentar e da agroecologia;
- Pela criação de políticas públicas estruturantes para fortalecimento dos sistemas de tecnologias

sociais e sustentáveis construídas pelos povos;

- Direito à cidade como forma de acessar seus bens comuns, como os espaços públicos e cultura; gestão democrática dos espaços públicos, com ampla participação popular, e declaração das cidades como espaços e territórios livres, em oposição à mercantilização destes espaços; oposição ao processo de militarização que vem ocorrendo, direito à moradia digna e ocupação das moradias vazias frutos da especulação, além do desenvolvimento e fortalecimento de iniciativas que buscam a transição para um novo modelo de cidade que inclui, entre outras, consumo consciente que promova a economia solidária e feminista; as hortas urbanas, a agroecologia urbana, a bioconstrução e a permacultura.
- Direito à cultura, à comunicação e à liberdade de expressão baseado na resignificação do papel da cultura, por meio da democratização e do respeito às diferenças e à diversidade cultural. Valorização e visibilidade dos modos de vida das comunidades tradicionais, direito à memória e à identidade. Defesa do direito à comunicação que precisa estar associado a todas as lutas da sociedade, bem como o fortalecimento das redes de comunicação entre organizações, movimentos sociais e povos, e ampliação do uso de ferramentas como as rádios comunitárias.

### Plenária 3: Soberania alimentar

- A agroecologia como projeto político para transformação do sistema de produção de alimentos. Fortalecimento das alianças entre as organizações do campo e da cidade, em especial com a promoção da agricultura urbana e periurbana;
- Criação e fortalecimento de cooperativas e associações de produção e comercialização de



FOTOS: SERGIO EDUARDO OLIVEIRA



mais de quatro meses, por investimentos públicos e garantia de qualidade no ensino.

O casal de índios Guajajara, Milton e Cíntia, atravessou o país pagando passagens do próprio bolso para participar da Cúpula dos Povos. Saíram de ônibus, da Aldeia Amarante, em São Luis do Maranhão, para dormir no acampamento do Sambódromo, à noite e, durante o dia, revezar-se entre as discussões da Cúpula e uma banquinha para venda de artesanato, montada perto do Monumento dos Pracinhas, bem ao lado do local onde aconteceram as Assembleias dos Povos. “Os parentes”, disse Milton referindo-se aos índios de tribos diversas, “fizeram um documento final, agora é esperar que haja uma resposta positiva do governo e da Funai quanto à devastação da nossa floresta e exploração das reservas indígenas”. Cíntia completou: “Trazemos o artesanato para divulgar culturalmente o povo guajajara”.

Em sua aldeia, Cíntia é professora. Ganha R\$ 700 por mês. Além do trabalho, cursa Licenciatura Intercultural, na Universidade Federal de Goiás. Com a venda das pulseiras e colares feitos de sementes de tiritica, a R\$ 10, e de redes de dormir a R\$ 250, esperavam arrecadar R\$ 4 mil, mas nas contas finais, não chegaram a R\$ 1.200. “Mas tudo valeu a pena”, disse Cíntia, com a esperança de quem acumula participações em

eventos como o Fórum Social Mundial, realizado em Belém (PA), em 2009, e manifestações à frente da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, em defesa da causa indígena. “A luta é coletiva; não individual. Aqui é o espaço do nosso desabafo”. (Ana Cláudia Peres. Colaborou: Tânia Neves)



FOTO: ANA CLÁUDIA PERES

O casal guajajara Cíntia e Milton: à espera de resposta positiva para reivindicações indígenas

alimentos, promovendo a estruturação de sistemas locais de produção e abastecimento;

- Criação de condições para permanência e retorno das populações para o campo, especialmente para a juventude.

#### Plenária 4: Energia e indústrias extrativas

- Todos os bens comuns são um direito dos povos. Luta contra as falsas soluções impostas recorrentemente pelo sistema capitalista;
- Definição pelos povos de para que e para quem se utilizam os bens comuns. Controle popular e democrático da produção energética, com base em energias renováveis descentralizadas e em pequena escala, e consumo dos bens naturais e energéticos. Controle público e social da produção de energia e propriedade comunitária de sua produção. Fim imediato da energia nuclear. Moratória à mineração de grande escala e à construção de represas; moratória à expansão dos combustíveis fósseis e aos agrocombustíveis em escala industrial.
- Democratização do acesso aos recursos energéticos e seu controle público, baseado em projeto energético concebido desde os povos;
- Que os países altamente industrializados — que têm causado o estado atual do planeta — assumam uma dívida ambiental histórica que afeta majoritariamente os povos do sul do mundo.

#### Plenária 5: Trabalho — por uma outra economia e novos paradigmas de sociedade

- Desmantelamento do poder das empresas transnacionais, fim à impunidade a partir da qual cometem crimes econômicos e ecológicos, responsabilização delas e justiça para os povos,

por meio da criação de um sistema internacional vinculante. Fim à captura corporativa da ONU e dos Estados, com ações concretas;

- Reconhecimento por todos os governos do mundo do direito humano à proteção social — de acordo com a Convenção 102 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Seguridade Social e com a Recomendação 202 da OIT sobre os pisos nacionais de proteção social. Os Estados devem prover, facilitar e estender a cobertura de proteção social. Adoção de um imposto sobre as transações financeiras a nível global e regional, como fonte segura, estável e suficiente de financiamento;
- Proibição e a ação efetiva por parte dos governos para dar fim ao trabalho escravo; garantia de políticas públicas inclusivas e o reconhecimento dos direitos dos migrantes forçados.

As plenárias formularam as propostas que comporiam o documento final da sociedade civil

FOTO: SERGIO EDUARDO OLIVEIRA



# A mobilização continua



FOTO: LUCAS P. GRYNZPAN

Sob o céu claro de um dia ensolarado, os participantes da Cúpula dos Povos foram chegando aos poucos à arena onde ocorreria, na manhã de 22/6, a Assembleia dos Povos. Canções entoadas em conjunto, apresentações culturais e palavras de ordem embalarão o último encontro da Cúpula, onde foi lida a Carta final do evento – declaração-síntese das discussões travadas pela sociedade civil durante os dias de debates no Aterro do Flamengo. O mesmo documento, assinado pelos “movimentos sociais e populares, sindicatos, povos, organizações da sociedade civil e ambientalistas de todo o mundo”, fora entregue horas antes, por uma Comissão, ao secretário geral da ONU, Ban Ki-moon, no Riocentro.

A carta lembra que, vinte anos antes, o Fórum Global, realizado no mesmo local, durante a Rio 92, denunciou os riscos que a humanidade e a natureza corriam com a privatização e o neoliberalismo. “Hoje afirmamos que, além de confirmar nossa análise, ocorreram retrocessos significativos em relação aos direitos humanos já reconhecidos”, diz o documento, que critica a Conferência da ONU, a economia verde e o superestímulo ao consumo, a concentração de novas tecnologias, os mercados de carbono e biodiversidade, a grilagem e estrangeirização de terras e as parcerias público-privadas, entre outros pontos.

Às críticas somaram-se alternativas, tiradas das plenárias que encaminharam suas propostas ao texto final (ver box nas págs. 24 e 25), como a defesa dos espaços públicos nas cidades, com gestão democrática e participação popular, economia cooperativa e solidária, soberania alimentar, um novo paradigma de produção, distribuição e consumo e a mudança da matriz energética. Entre as campanhas e eixos de luta sugeridos pelo documento, estão a luta contra a militarização dos Estados e territórios; contra a criminalização das organizações e movimentos sociais; contra a violência às mulheres; contra a violência às lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros; e pela garantia do direito dos povos à terra e ao território urbano e rural; pela soberania alimentar e alimentos saudáveis, contra agrotóxicos e transgênicos; e pela soberania dos povos no controle dos bens comuns, contra as tentativas de mercantilização e ainda pela construção do Dia Mundial de Greve Geral e de luta dos Povos.

O documento apontou ainda uma agenda de campanhas e lutas, a serem levadas à frente.



FOTO: SÉRGIO EDUARDO DE OLIVEIRA

Darci Firgo (alto) alertou que a Cúpula a mobilização continua; Stédile orientou que organização deve seguir, para além do documento final



FOTO: LUCAS P. GRYNZPAN

## Em cima do muro

“As autoridades estão em cima do muro, fazendo de conta que não estão entendendo nada. Estive aqui na Eco 92 e acho que vão faltar ainda mais 20 anos para assinarem aquele primeiro relatório completo”.

**Akazu-y, tabajara, 65 anos, o Índio Cajueiro ou Raimundo Ambrósio do Nascimento, vestido com os trajes de sua aldeia em Monsenhor Tabosa, no Ceará – endereço que alterna com o de uma barraca de artesanato, em Duque de Caxias (RJ).**

“Como processo, a Cúpula dos Povos se encerra aqui, mas a luta continua nas nossas ações concretas, apontadas em nosso documento final. Saímos daqui conscientes de que cumprimos um papel importante ao fazer um contraponto ao processo oficial”, disse Darci Firgo, durante entrevista coletiva aos jornalistas, concedida sob os Arcos da Lapa, reunindo dezoito representantes das cerca de cinquenta entidades que integravam o Grupo de Articulação da Cúpula (GAC).

“Trabalhamos com várias experiências, concretas, locais, dos territórios envolvidos e que se constituem como alternativas reais”, disse Lúcia Ortiz, da ONG Amigos da Terra. “Precisamos recuperar a autonomia dos povos e desafiar nosso governo a reconhecer isso”.

Esse espírito está expresso no trecho final do documento da Cúpula: “Voltemos aos nossos territórios, regiões e países, animados para construirmos as convergências necessárias para seguirmos em luta, resistindo e avançando contra o sistema capitalista e suas velhas e renovadas formas de reprodução”.

Com ou sem documento final, é a mobilização que vai contar, como lembrou o diretor nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), João Pedro Stedille, na Assembleia dos Povos e, depois, em entrevista à *Radis*: “Não nos preocupemos com documentos, nos preocupemos com uma unidade para organizar o povo”, disse. “Na Rio+20, eu digo e repito, há um teatro diplomático onde só se produzem documentos que nem eles mesmos cumprem depois. Mas se nós voltarmos pras nossas bases e seguirmos organizando o povo pra fazer a luta contra as multinacionais, aí sim, a Cúpula dos Povos terá valido a pena”. (A.C.P.)



FOTO: SÉRGIO EDUARDO DE OLIVEIRA

Na Assembleia dos Povos, a convergência da sociedade civil para ouvir a leitura do documento final

# 'Que não haja cerca que me impeça de ir e vir'



FOTO: ROGÉRIO LANNES

**F**undadora do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu e coordenadora de políticas públicas da Associação em Áreas de Assentamento no estado do Maranhão, Maria de Jesus Ferreira Bringelo, conhecida como dona Dijé, é uma das personagens que representa bem a participação dos movimentos sociais na Rio+20. Articulada, assertiva e suave, esta senhora de 61 anos, mãe de cinco filhos e avó de seis netos, orgulha-se de sua ascendência quilombola e da atividade profissional que aprendeu com a mãe e a avó. Em conversa com a *Radis* durante a Cúpula dos Povos, ela falou sobre as lutas e expectativas que trouxe à conferência e relacionou a saúde à terra onde nasceu, cresceu e trabalha.

## O que é saúde para a senhora?

É ter terra saudável pra trabalhar. Esse é o ponto principal para nós, trabalhadores rurais, quebradeiras de coco: terra para a gente produzir nosso próprio alimento. Quando a gente tem alimento que nós mesmos produzimos, sabemos que vamos ter saúde, porque este produto vai estar livre de agrotóxicos e de produtos químicos, não vai estar envenenado.

## Como é o trabalho de uma quebradeira de coco?

Ela sai de casa de manhã, vai para o mato, à tarde volta para casa. São muitas mulheres que vão. E vamos felizes! A gente conversa, a gente canta. Às vezes a gente volta triste quando não quebra a quantidade que queria. É uma atividade que vem sendo passada de geração em geração. Antigamente, éramos analfabetas, não sabíamos ler, não sabíamos escrever. Hoje estamos lutando para que as quebradeiras de coco não fiquem mais no analfabetismo, pra que a gente conheça e tenha força para lutar pelos nossos direitos.

## Quais são as lutas das quebradeiras hoje?

Nos anos 70 e 80, a luta era pela terra e por tudo que existia dentro dela: o babaçu, os igarapés, os rios, a mata. As ameaças eram a cerca, o capim e o boi, que tiravam os homens e mulheres do campo para irem para as periferias das cidades. Hoje, a luta é contra os venenos, os agrotóxicos que poluem, que matam as plantas e o babaçu; é contra o capim, que é planta daninha e impede a entrada das quebradeiras nas propriedades. Outras ameaças são a cerca elétrica e os grandes empreendimentos. Quando a gente se dá conta o terreno já está mapeado, eles já sabem o que tem dentro. E ainda tem o eucalipto. As grandes empresas derrubam a mata pra plantar eucalipto e as pessoas têm que sair dali.

## Como a senhora se engajou nestas lutas?

Em 1976, a minha comunidade passou a ser vendida e nós começamos a lutar. Em 12 de novembro de

1979, a polícia entrou na nossa comunidade e tocou fogo em todas as casas. Tinha muitas mulheres com bebê, algumas ainda gestantes, gente idosa. A gente resistiu e está lá até hoje. Em 1985, criamos a Associação em Área de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema). O movimento das quebradeiras foi criado em 1990, com mulheres do Maranhão, do Piauí, do Pará e de Tocantins, para mostrar ao governo que as quebradeiras tinham identidade própria. Hoje, são mais de 400 mil mulheres, inclusive aquelas que foram expulsas de suas terras e moram nas periferias das cidades.

## Quais são as suas expectativas para a Rio+20?

Primeiro, o Brasil é o país que mais tem lei; elas precisam ser executadas; outra coisa: terra pra quem nela trabalha, pra quem nela mora. Que não haja cerca que me impeça de ir e vir; que tanto faça ser a minha terra, que é coletiva, como área privada. E mais os direitos dos quilombolas, dos indígenas. Nos últimos anos, tem morrido bastante quilombola, e tem outros marcados para morrer. O motivo é a disputa por terra. Não existe quilombola sem terra. O decreto 4887 [que regulamenta identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos] deveria estar sendo discutido na Rio+20. Ele foi aprovado em 2003, mas os ruralistas querem que ele caia.

## A senhora pode falar algo sobre a Lei do Babaçu Livre?

A Lei do Babaçu Livre tem a ver com o direito de ir e vir. Já tem leis municipais no Maranhão, uma lei estadual em Tocantins. Existe uma lei no Maranhão que só proíbe a derrubada da palmeira de babaçu; a lei que nós queremos também proíbe queimar o coco inteiro, o corte do cacho, colocar agrotóxico, a cerca elétrica, a braquiária. Ela irá permitir que as quebradeiras possam colher o coco nas propriedades privadas. Não existe plantação de babaçu, ele nasce naturalmente, então é de todo mundo.

## Que outros assuntos os quilombolas e as quebradeiras têm discutido?

A Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais foi criada para buscar os conhecimentos tradicionais, que estavam morrendo. As parteiras, as benzedoras, os matos de fazer chá, os banhos. O nosso conhecimento não está escrito em lugar nenhum, vem sendo passado de geração para geração. Somos nós que defendemos a floresta em pé, que a palmeira de babaçu não seja derrubada, que nossos igarapés sejam preservados. (*Adriano De Lavour e Rogério Lannes*)

**“Não existe plantação de babaçu; ele nasce naturalmente, é de todo mundo”**

# Ofuscados pela visibilidade



FOTO: SÉRGIO EDUARDO OLIVEIRA

Cacique Raoni, contra as ameaças às terras indígenas: “Enquanto estiver forte, continuarei lutando”

Poucos grupos sociais receberam tanta atenção da mídia durante a Rio+20 quanto os índios. A visibilidade conquistada pela exposição quase diária nos meios de comunicação, no entanto, nem sempre se traduziu em participação equânime na conferência ou garantia que suas reivindicações fossem atendidas. O interesse midiático pelos povos tradicionais brasileiros e estrangeiros refletiu aquilo que se viu no Rio de Janeiro, nos dias que recebeu a conferência: populações indígenas de todo o Brasil — e de outros países — nas ruas da cidade, participando de solenidades, mesas e protestos, vendendo artesanato; sua presença registrada, ao vivo, em exposições de arte, em discussões políticas, debates teóricos e programas de TV.

Há tempos não se viam tantos arcos, flechas e cocares pelas ruas cariocas, fora da época de carnaval. A cobertura jornalística, em geral, se apoiou nos estereótipos, mesmo quando registrou

momentos de luta política — a imagem do índio que apontou sua flecha para seguranças do BNDES, durante um protesto, foi amplamente divulgada em jornais, revistas e sites. Para além da repercussão, os indígenas participaram ativamente das discussões, tanto no evento oficial quanto na Cúpula dos Povos.

Na aldeia Kari-Oca 2, montada na colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, cerca de 400 índios de 14 etnias brasileiras, além de 20 representantes de tribos dos Estados Unidos, do Canadá, Japão, México e da Guatemala, acenderam o fogo sagrado e discutiram a *Carta Indígena*, entregue pelo líder indígena Marcos Terena às autoridades mundiais, no RioCentro. Na entrega do documento — que recomenda a inclusão da cultura como quarto pilar da sustentabilidade —, Terena cobrou a proteção aos direitos e cosmovisões indígenas. “Para se criar um mundo justo, deve-se ouvir a voz indígena sobre equilíbrio e sustentabilidade”.

## BOM VIVER

Na Cúpula dos Povos, o 9º *Acampamento Terra Livre* se colocou em posição divergente da Kari-Oca, que em documento questionou a legitimidade da liderança de Marcos Terena. O encontro reuniu 1800 líderes indígenas brasileiros e estrangeiros, ligados à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e outras organizações internacionais. Na abertura, dia 15/6, o cacique Raoni conclamou os parentes a serem fortes para lutar contra as ameaças às terras indígenas (desmatamento, barragens e mineração, entre outras), reafirmando seu compromisso político: “Enquanto estiver vivo e forte, continuarei lutando”. Depois de sete dias de intensos debates e discussões, um documento resumiu as reivindicações coletivas, que denunciam “a violação dos direitos fundamentais e coletivos de nossos povos” e as crises decorrentes do modelo neo-desenvolvimentista e depredador, “que aprofunda o processo de mercantilização e financeirização da vida e da Mãe Natureza”.

A declaração, inspirada no modelo do “bom viver e vida plena”, repudia o capitalismo verde e “suas novas formas de apropriação da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais”; episódios de violência, prisão e assassinato de líderes tribais; a diminuição dos territórios indígenas e a construção de grandes empreendimentos em seus limites, e a descaracterização da legislação indigenista em vários países. No texto, os índios ainda reivindicam o fortalecimento das áreas demarcadas, o fim da impunidade para assassinos de líderes indígenas, além da garantia do direito à consulta e consentimento livre, prévio e informado, de cada povo indígena, em respeito à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O documento clama, ainda, pelo monitoramento das bacias hidrográficas, pelo reconhecimento e fortalecimento do papel dos indígenas na proteção dos biomas, pela demarcação das terras

## Populações tradicionais

“A política ambiental ameaça as populações tradicionais, porque tira delas o direito de exercer suas atividades cotidianas”.

**Dercy Telles, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Xapuri, função exercida pelo sindicalista Chico Mendes, assassinado em dezembro de 1988.**

FOTO: LUCAS P. GRYNISZPAN

dos povos acampados em situações precárias, pela melhoria nas condições de saúde — com aumento no orçamento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), a implementação da autonomia financeira, administrativa e política dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e a garantia dos direitos dos indígenas com deficiência — e pelo respeito à diversidade na educação escolar indígena.

## SAÚDE NA PAUTA

A temática indígena esteve na pauta de diversas outras mesas e encontros da Cúpula dos Povos, como no espaço *Saúde e Ambiente*, onde aconteceu a 80ª reunião da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (Cisi) do Conselho Nacional de Saúde, no dia 19. Na discussão proposta sobre saneamento, saúde e nutrição em terras indígenas, o pesquisador Ricardo Ventura (Ensp/Fiocruz) apresentou os dados do 1º Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas (*Radis 97*). Ele citou o trabalho da antropóloga Alcida Ramos (UnB) para comentar o alto grau de visibilidade das manifestações indígenas no Aterro do Flamengo, em contraste com sua invisibilidade nas políticas públicas.

Ricardo justificou a pertinência do estudo para o ajuste e financiamento das políticas públicas. “Na cultura branca, as coisas acontecem a partir dos números; se não há informação, não há como direcionar as políticas”, assinalou. O inquérito, que avaliou nas aldeias pesquisadas a origem da água e dos alimentos, a gestão do lixo, além da saúde de mulheres e crianças, concluiu que as desigualdades extrapolam as questões de saúde e refletem a luta por terra. “A questão fundiária é preponderante”, afirmou.

Fabiana Vaz de Melo, da Fundação Nacional do Índio (Funai), assegurou que o órgão tem interesse em utilizar as conclusões do Inquérito na formulação de um plano estratégico indigenista, em parceria com os ministérios do Desenvolvimento Social, da Saúde e da Defesa, no sentido de promover segurança alimentar para as populações pesquisadas. A prioridade, segundo ela, são os DSEIs com altas

taxas de mortalidade infantil. Ela defendeu ainda a adoção de políticas diferenciadas, “que dialoguem com a diferença” e gestão compartilhada pelo diálogo intercultural.

A antropóloga Carla Costa Teixeira (UnB) destacou que, a partir dos dados que levantou sobre saneamento em áreas indígenas junto a Funasa, é possível perceber que a situação não se resolve apenas com questões técnicas, mas sim com uma abordagem baseada na interculturalidade. Ela citou o manual de trabalho do Agente Indígena de Saneamento (Aisan) como reflexo disso: retrata os índios como sujeitos, reforçando preconceitos e desigualdades.

## PROTESTOS E LUTAS

A luta contra as desigualdades marcou outras ações organizadas pelos índios durante a Rio+20. Os xavantes promoveram mesa redonda na Cúpula dos Povos, entregaram carta de protesto ao ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral da Presidência da República, e levaram a tradicional corrida de tora à marcha global para simbolizar o “peso” da luta que travam pela devolução das terras Marãiwatsédé, no norte do Mato Grosso, invadida há 20 anos; cerca de 2 mil índios participaram da ocupação temporária da sede do BNDES no centro da cidade, exigindo a demarcação de terras indígenas e “o fim das grandes obras catastróficas”, como a usina hidrelétrica de Belo Monte, financiada pelo banco; os moradores do antigo prédio do Museu do Índio, protestaram para que se construísse um centro cultural no lugar.

Ao fim, o que a mídia exibiu, sob a chancela da diversidade, foram muito mais imagens estereotipadas do que discussões sobre uma nova realidade que inclua os povos indígenas; ao invés de aprofundar questões importantes sobre a contribuição que eles podem dar para a construção da sustentabilidade, as lentes e microfones se direcionaram, em sua maioria, para a exibição de trajes típicos e dos comportamentos deslocados dos visitantes à metrópole. De tão visados, tiveram que se esforçar para não saírem da Rio+20 como camelôs da diversidade. (*Adriano De Lavor*)

FOTO: MARINA BOCHAT



Marcos Terena, à frente da Kari-Oca, entregou a carta dos indígenas no RioCentro. Já o Acampamento Terra Livre (abaixo) reuniu 1800 índios na Cúpula

FOTO: ADRIANO DE LAHOR



# Comunicação, um direito

Era o primeiro dia da Cúpula dos Povos, e o jornalista Ivan Moraes, do Centro de Cultura Luiz Freire, de Pernambuco, fez na *Plenária pelo direito à comunicação e à liberdade de expressão* um prognóstico que viria a se mostrar certo. “Não tenho dúvidas de que em todas as tendas espalhadas por aí se vai discutir comunicação o tempo todo durante esses dias”, disse o ativista, enumerando um punhado de temas afetados pela falta de regulação e de democracia nos meios de comunicação: invisibilidade de certos grupos, reforço de estereótipos raciais e culturais, banalização da violência, desinformação do cidadão sobre polêmicas como a construção de Belo Monte e a proposta da economia verde, entre tantos outros. Segundo Moraes, mesmo que muitas pessoas não tenham ainda esse entendimento, a falta da liberdade de expressão – que não deve ser confundida com liberdade de imprensa – está na raiz de todas essas questões, já que a mídia faz circular um discurso hegemônico e não dá espaço para a manifestação de outras vozes e pontos de vista diferentes sobre aqueles temas.

É contra essa concentração de poder que o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) trabalha. Rosane Bertotti, coordenadora nacional do Fórum, abriu a plenária, destacando a necessidade de se avançar nas discussões sobre um novo marco regulatório das comunicações e, para isso, buscar o envolvimento da sociedade em torno da defesa da liberdade de expressão.

## REGULAÇÃO E INCLUSÃO

Jacira Melo, da agência de notícias Patrícia Galvão, ressaltou ser necessária uma mudança na estratégia e no discurso, até agora mais voltados a plateias familiarizadas com o tema e engajadas em movimentos sociais. Para ampliar a discussão, o discurso tem que mudar: “Nosso debate em Brasília, no Congresso, sobre a necessidade de regulação da mídia é um; o nosso diálogo com a população para massificar essa discussão tem que ser outro. Não dá pra ficar no *apenas meia dúzia de famílias manda na comunicação no Brasil...* Isso não diz nada”, considerou. “Temos que mostrar que regulação da comunicação é igual a de linha de ônibus: é preciso estabelecer onde o ônibus vai

## ‘Rio+Bonde’

“Isso aqui é muito bonito. Posso dizer que o Brasil é outro pelo fato de que você pode sair às ruas e demonstrar a sua insatisfação. Mas ainda é preciso lutar por um país melhor”.

**Vicente Sabato, ex-presidente do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco), da Escola de Direito da UFRJ, integrante da Associação de Moradores de Santa Teresa (Amast) e da campanha Rio+Bonde, em defesa da manutenção do bondinho do bairro, localizado no Rio de Janeiro.**

passar, a que horas, porque se depender apenas da vontade do empresário, o ônibus só passa no lugar e na hora que dá bastante lucro, e os outros usuários ficam abandonados. Mostrar que a falta de regulação na comunicação deixa a maior parte da população sem liberdade de expressão e beneficia apenas uns poucos”, compara.



FOTO: TÂNIA NEVES

Além de Moraes, Rosane e Jacira, compuseram a mesa de debates o ator Sérgio Mamberti, secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, e representantes do coletivo Intervozes (João Brant), do Clube de Engenharia (Márcio Patusco) e da organização Ciranda (Rita Freire). Na pauta, a proposta de diversificação das estratégias de campanha e o estabelecimento de um calendário de debates nos estados. Na carona de *Veta, Dilma!*, palavra de ordem usada para cobrar da presidenta o veto ao Código Florestal aprovado pela Câmara dos Deputados em abril, ativistas do direito à comunicação lançaram ainda o *Regula, Dilma!*, espalhando banners e cartazes pelo Aterro.

## MÍDIA LIVRE

O debate sobre políticas públicas de comunicação também teve espaço na Escola de Comunicação da UFRJ, no II Fórum Mundial de Mídia Livre (FMML), que reuniu cerca de 250 midiálistas do Brasil e de países como Colômbia, Argentina, Equador e Curdistão. Os participantes defenderam o uso de novas tecnologias nas lutas políticas e sociais. “O interesse maior é usar mídia livre para trazer à tona outras visões de mundo, uma diversidade de ideias que circulam e estão invisíveis”, disse Bia Barbosa, integrante do Coletivo Intervozes, uma das organizadoras do fórum.

Os jovens Inês Amorim, 26 anos, e Gustavo Paraviso, 23, participaram das atividades sonhando mudar o mundo — ou, pelo menos, a mídia. Jornalista, assessora de imprensa da Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais do município do Rio de Janeiro, Inês entende a saúde como direito e gosta de pensar em maneiras alternativas de fazer com que a informação chegue à população. “Como profissional de comunicação, tento fugir da agenda estipulada pela grande imprensa”, comentou. Gustavo, mestrando em Comunicação, concorda. “A mídia precisa ser pensada de maneira global, assim como a saúde e o meio ambiente”, disse. (T.N. e A.C.P)



FOTO: LUCAS P. GRYNISZPAN

A comunicação esteve presente nas discussões da Cúpula e nas reivindicações dos participantes da Marcha Global, no Centro do Rio

FOTO: ADRIANO DE LAVOR



# 'A juventude é a primeira a pagar a conta'



FOTO: LUCAS P. GRYSZPAN

Presidente do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), a socióloga baiana Ângela Guimarães considera que não é possível discutir desenvolvimento sustentável sem uma representação dos mais de 1 bilhão de jovens que vivem hoje no mundo. Atual secretária-adjunta da Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República, Ângela tem uma trajetória que reúne militância no movimento estudantil e defesa pela implementação de políticas públicas para as mulheres, juventude e população negra. Nos corredores do Riocentro, ela falou à *Radis* sobre suas expectativas com a conferência e alertou que a juventude é quem paga o preço mais alto cobrado pelo atual modelo hegemônico de desenvolvimento, que tem no mercado o seu motor.

## Por que incluir a juventude na discussão sobre desenvolvimento sustentável?

É uma questão estratégica, já que estamos falando de um contingente de 1 bilhão e 800 milhões de pessoas em todo mundo. Nenhuma discussão sobre desenvolvimento pode prescindir desse público, pelo seu peso demográfico e pelo seu peso social, econômico e político. Em relação ao peso econômico, por exemplo, estamos vivendo no Brasil o momento de maior presença de jovens; um *boom* demográfico, com maior contingente da população disponível para ajudar na produtividade, com menos pessoas dependentes, menos crianças e menos idosos. Além disso, no que diz respeito às desigualdades sociais, a juventude é a primeira a pagar a conta — também em escala global. Estamos vendo a situação da juventude nos países europeus, com um índice de desemprego enorme, beirando 50%, como na Espanha, além de cortes nas verbas sociais, que acabam atingindo automaticamente a juventude. Quando se corta investimento em educação, em saúde pública, em trabalho decente, impacta-se a juventude. É um segmento que tem demandas que impactam no desenvolvimento econômico e social dos países e não pode mais ser pensado como futuro, como o que está por vir. Esta juventude é isso tudo agora.

## Quais são as principais demandas da juventude hoje?

São demandas muito fortemente ligadas ao desenvolvimento integral. O modelo de desenvolvimento colocado como hegemônico nos últimos 20 anos não garantiu os direitos da juventude; foi deixando a juventude à margem. Negou acesso à educação e ao trabalho de qualidade; abriu as portas para a precarização, para o subemprego, para o trabalho escravo, para a ausência de investimentos em saúde pública, em cultura. Hoje, no Brasil, já avançamos um pouco. Mas quando olhamos para mundo, vemos que esse jogo ainda é muito desigual. Uma parte teve acesso até há pouco tempo e parou de ter, pelo agravamento da crise; outra parte nunca foi considerada por seus estados nacionais. Unifica a juventude um projeto de desenvolvimento que tenha a sustentabilidade no centro, que tenha o

Estado como indutor do desenvolvimento, como garantidor de direitos, que erradique a pobreza e promova a democracia, para que a juventude possa participar das decisões. Vemos muitas situações de violência que envolvem a juventude em todo o mundo. Nos países em guerra, os jovens é que vão para as frentes de batalha e que voltam com sequelas (perdas de membros, problemas psicológicos terríveis); é a parcela que mais adoce. Mesmo nos países que não estão em guerra, como o Brasil, a violência é uma questão de saúde pública, uma grande questão nacional.

## Em que sentido?

Temos um grande contingente de jovens mortos por homicídio, todos os anos. Foram 50 mil jovens mortos em 2010. São temas relevantes que os Estados nacionais precisam abraçar. Não é um problema que diz respeito somente à pessoa que perdeu a vida; tem impacto familiar, na comunidade, impacto nacional.

## Quem são os potenciais parceiros das causas da juventude? Onde se encontram iniciativas relevantes?

Temos uma relação muito próxima com os países da América Latina. São nossos irmãos, estão passando pelas mesmas dificuldades, estão no mesmo estágio que nós. São governos progressistas eleitos há pouco tempo, construindo ciclos de auscultação do Estado para demandas sociais, onde se incluem as demandas da juventude. Também há potenciais parcerias com países que não estão na América Latina, mas que também estão em desenvolvimento, como Índia, China, Rússia e África do Sul, além de outros países africanos. Partem da mesma situação que a gente, precisam equilibrar o crescimento econômico com a diminuição da desigualdade e a preservação do meio ambiente. Não deixamos, claro, de dialogar com outros países que já têm um histórico na área de políticas de juventude, como os países europeus — que estão passando por dificuldades agora por não conseguirem sustentar seu estado de bem estar social devido ao agravamento da crise.

## Como lidar com os resultados da Rio+20?

Temos convicção de que a Rio+20 não acaba aqui. Esses dias são efervescentes, enriquecedores, inquietadores, mas o que vale são seus desdobramentos. Esses compromissos envolvem sociedade civil organizada, governos, organismos multilaterais, todos que estão aqui. Você não passa pelo mesmo rio duas vezes: nem o rio é o mesmo, nem você é o mesmo. Ao final da Rio+20, não se pode tocar a vida como se nada tivesse acontecido. As mudanças nos padrões de consumo, na forma como nos relacionamos com a natureza e com os nossos próprios governos — na cobrança por políticas públicas — têm que ser alteradas de alguma forma. (A.D.L.)

**"A violência é uma questão de saúde pública, uma grande questão nacional"**

# Mais voz às populações locais



FOTO: SÉRGIO EDUARDO OLIVEIRA

Na Cúpula dos Povos, a cobrança por políticas públicas que atendam às comunidades

Desenvolvimento que não respeita o que já existe no local traz mais violência. Foi com esse mote que se iniciou, na Cúpula dos Povos, a atividade *A miséria é uma violência. Qual desenvolvimento para construir a paz? Políticas globais e alternativas locais*, promovida pelo Movimento Internacional ATD Quarto Mundo — voltada para as populações que vivem em situação de pobreza. Tanto nas palavras de Marcelo Vargas e Mercedes Valdívía, que trouxeram suas experiências da Bolívia, quanto nos relatos de Alan Brum, Édson Loiola e Ricardo Moura, que atuam em movimentos socioambientais no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, esse tipo de desenvolvimento — que quase sempre se baseia na importação de modelos estrangeiros de eficácia duvidosa — tem sido o preferido pelo poder público, a despeito das boas experiências desenvolvidas nas comunidades.

Marcelo Vargas apresentou a filosofia das Universidades Populares Cuarto Mundo (UCPM), que orienta ações em várias partes do mundo e, desde 2009, incentiva em seu país espaços de diálogo, participação e formação, dirigidos principalmente a pessoas que vivem em situação de extrema pobreza. “Surgiu da necessidade de mudar essa realidade tão comum nos países pobres — e a Bolívia é o segundo país mais pobre de toda a América —, em que os poderosos impõem as políticas sem ouvir quem mais sabe de pobreza”, relatou Vargas.

Trata-se de uma universidade, explicou, por ser espaço de estudo e reflexão; popular, porque almeja abarcar todo o arco social, desde aqueles que sofrem diretamente com a pobreza até os que, mesmo não vivendo nela, reconhecem sua existência e assumem o compromisso de ajudar a erradicá-la; e é de quarto mundo, porque está voltada às pessoas que vivem nos países mais pobres do planeta.

A também boliviana Mercedes Valdívía, diretora da Asociación Wisllita, que trabalha com crianças no bairro de Pampahasi, em La Paz, contou que foi depois das reuniões da Universidade Popular que as mães começaram a questionar a educação que seus filhos recebem nas escolas e a entender os problemas educacionais existentes no país, que levam à reprodução da mesma sociedade injusta há séculos. “O compartilhamento dos saberes populares e científicos entre os integrantes da universidade lhes mostrou que elas dominam conhecimentos importantes, e que não são valorizados pela escola tradicional. Quando passam pela Universidade Popular, essas

mães começam a ter mais segurança para emitir sua opinião e descobrem, entre filósofos e outros estudiosos, que o que elas sabem tem uma importância enorme”, relata Mercedes, questionando por que então esses conhecimentos não são acolhidos por quem estabelece as políticas públicas em seu país.

Para a ativista, muitas vezes, o governo da Bolívia investe em áreas como educação e saúde e depois não entende por que os projetos não dão certo. Segundo ela, é por falta de ouvir o povo. “Montam postos de saúde e se queixam de que a população não vai lá, mas tudo é feito sem que o governo se interesse por saber do que as pessoas precisam de fato, de que saúde estamos falando”, disse Mercedes.

## LUTAS SETORIAIS

O economista Francisco Menezes, diretor do Ibase, e o engenheiro agrônomo Adriano Campolina, coordenador executivo da organização Action Aid Brasil, chamaram a atenção para o fato de que as políticas públicas surgem justamente na esteira de processos de mobilização social como os descritos pelos bolivianos, e não por passes de mágica. Segundo Francisco, políticas brasileiras como o Bolsa Família e o Brasil Sem Miséria não foram concessões do governo, mas resultado de um processo lento e que se acelerou nas últimas décadas, porque a sociedade se organizou para isso. Adriano Campolina, por sua vez, ressaltou que o conjunto de diferentes lutas setoriais — como a luta pela terra, pela educação, pela saúde pública e os movimentos dos negros e das mulheres — exerceu pressão sobre o poder não somente em cima das suas agendas particulares, mas também se engajando em campanhas contra a miséria. “Trata-se de um processo histórico”, analisou Francisco Menezes, citando o sociólogo Herbert de Souza, o fundador do Ibase, morto em 1997: “O governo não faz nada, então, vamos fazer com nossas próprias mãos. Se ele hoje ainda estivesse aqui, estaria pensando em como incidir sobre o governo para ele fazer mais do que faz”.

## DISTÂNCIA

Também realçando a importância e o poder da mobilização, três vezes do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, trataram de iniciativas para construir um sistema participativo na luta por políticas públicas que atendam as comunidades e do modo como acabam sendo “atropeladas” pelo poder público. “O Teleférico do Alemão é um exemplo espetacular da distância entre as políticas públicas e as reais necessidades da comunidade”, ressaltou Alan Brum, do Instituto Raízes em Movimento. “O PAC investiu um bilhão de reais no teleférico e os moradores continuam enfrentando os mesmos problemas de 30, 40 anos atrás: lixões, falta de saneamento, condições sub-humanas de moradia. Do alto do teleférico continua-se vendo o mesmo cenário”, acrescentou Édson Loiola, do Projeto Verdejar. “Acenam com uma UPP — em si, uma contradição, pois quer ser polícia e pacificadora ao mesmo tempo —, mas se

## Vítimas da radiação

“Meu pai volta todos os dias a nossa casa para alimentar os cachorros. Não sei o que vai acontecer com o meu corpo no futuro. Ninguém entende bem como funciona o aparelhinho que mede a radiação”.

**Kenta Sato, palestrante no Riocentro, em mesa sobre a usina nuclear de Fukushima, no Japão. Ele não pôde mais voltar a sua casa, próxima à usina.**

FOTO: LUCAS P. GRYSZPAN





FOTO: LUCAS P. GRZYNSZPAN



FOTO: SÉRGIO EDUARDO DE OLIVEIRA

esquecem que a violência não se faz só com armas de fogo: a falta de saneamento é uma violência”, completou Ricardo Moura, do Pré-Vestibular Comunitário Ser Cidadão.

### SEM DIÁLOGO

Para os ativistas do Alemão, o maior problema que se enfrenta hoje nas favelas são as políticas públicas não dialogadas. O teleférico, por mais que tenha levado algum conforto aos moradores em seus deslocamentos, seria a importação de um modelo que atendeu mais às necessidades de empreiteiras e empresas transnacionais em seus negócios no país, pouco significando para a melhoria de vida das comunidades. “Diziam que o teleférico atenderia de 30 mil a 35 mil pessoas por dia, e hoje temos apenas cerca de 8 mil pessoas utilizando aquele meio de transporte”, comentou Moura, para quem fica claro que aquela não era uma prioridade dos moradores. Estes,

de acordo com o ativista, diante da falta de políticas públicas, vão construindo estratégias de superação que deveriam ser levadas em conta quando o poder público acena com investimentos, mas em vez disso o que acontece é a substituição dessas estratégias por modelos impostos, verdadeira aculturação, imposição de um estilo de vida diferente daquele praticado pelos moradores.

Loiola citou o trabalho do Comitê de Desenvolvimento Local da Serra da Misericórdia, que mobiliza cerca de 25 organizações comunitárias do Complexo do Alemão em torno de uma pauta de participação dos moradores nos processos de decisão sobre as intervenções no local. “A Serra da Misericórdia é a última área verde da região. Lutamos pela recuperação dos espaços degradados (pela ação da indústria cimenteira), o reflorestamento e a utilização de parte da área para a produção de alimentos sem agrotóxicos. Temos projetos para isso e queremos ser ouvidos”. (Tânia Neves)

A participação das comunidades nas decisões foi pauta de protestos na Marcha Global (à esquerda) e na Marcha das Mulheres (acima)

## Água para quem?

Um produto industrial do qual usufruirá quem puder pagar por ele ou um direito a ser garantido a todos os seres humanos do planeta? A água que irrigava o painel Riscos e perspectivas da governança da água, no Forte de Copacabana, não era a mesma que banhava o debate Combate à mercantilização e privatização da água e do saneamento, no Aterro do Flamengo. No primeiro evento, capitaneado pelas federações das indústrias do Rio de Janeiro e de São Paulo (Firjan e Fiesp), vendia-se a ideia de que a distribuição de água e o saneamento serão mais rapidamente universalizados à medida que forem terceirizados, desonerando os orçamentos de estados e municípios e se transformando em atividade lucrativa. No outro, promovido por entidades de trabalhadores da área de saneamento, pregava-se a certeza de que, uma vez terceirizados e transformados em atividade lucrativa, tais serviços dificilmente chegarão a todos os lares. “Nenhuma empresa vai levar saneamento básico para onde não der lucro, ao contrário da eletrificação rural, que só aconteceu porque o governo fez”, disse Marco Antônio Trierveiler, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Do lado dos empresários, Jerson Kelman, professor de Recursos Hídricos da Coppe e presidente da Light, sustentava que certos grupos fazem confusão de conceitos quando denunciam um movimento de

privatização da água do planeta. “Água bruta é uma coisa, água tratada é outra. A água bruta é de todos, desde que não fira outros direitos assegurados, mas a água tratada é um produto industrial e, como tal, deve ser pago. O cidadão que não puder pagar tem que ser subsidiado”, observou. Para Kelman, o que precisa mudar é o modo de se conceber esse subsídio, hoje dado para a execução de obras e não para o resultado delas. “Deveria ser pelo produto final: a água saindo na torneira”, propôs.

Entre os ativistas e sindicalistas reunidos no debate da Cúpula dos Povos, havia o consenso de que é preciso defender a água como bem público, articulando-se movimentos em níveis locais e globais para resistir à privatização. “Um Observatório do Saneamento, para acompanhar as políticas públicas nessa área, pode ser um primeiro passo”, opinou Sílvio Marques, presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae). Também o italiano Ricardo Petrella, professor do Instituto Europeu sobre a Política da Água, propôs a criação de um órgão, mas em nível mundial, estritamente para garantir a água como um bem de soberania dos povos. “A aceitarem-se os critérios defendidos pelos empresários, em breve o ar respirável será privatizado e cobrado dos cidadãos”, ironizou o professor da Universidade Nacional de Rosário, o argentino Aníbal Faccendini. “Se a água não for assegurada como um direito humano, será impossível alcançar outros direitos”, completou.



FOTO: SÉRGIO EDUARDO DE OLIVEIRA

# Megaeventos e mercantilização do espaço público



FOTOS: SERGIO EDUARDO OLIVEIRA

Ativista da luta por moradia carrega bandeira no Aterro do Flamengo: o direito coletivo à cidade em questão

As obras de reurbanização das cidades que serão sede de megaeventos no Brasil nos próximos anos (em especial, a Copa do Mundo de 2014, em vários estados do país, e Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro) estiveram em foco nos debates da Rio+20, com um alerta vindo da Cúpula dos Povos, no Aterro do Flamengo: a mercantilização e a privatização do espaço público geradas por esses empreendimentos.

Embora o olhar do empresariado e de representantes do poder público sobre o tema, em destaque nos debates realizados no fórum Humanidade 2012, no Forte de Copacabana, se dirigisse a aspectos positivos dessa iniciativa — oportunidade de modernização das cidades e ataque a problemas como moradias precárias e falta de saneamento, com melhoria das condições de vida da população —, organizações da sociedade civil e pesquisadores denunciaram haver por trás dessas grandes obras o alijamento dos habitantes, sobretudo os de baixa renda, das discussões sobre as transformações urbanas que afetam diretamente suas vidas e seu deslocamento para locais remotos,

o que implicaria violação de direitos — entre eles, o direito coletivo à cidade.

“As ações em curso estão incluídas num contexto muito especial que combina uma política nekeynesiana no plano federal com uma política neoliberal no plano local”, analisou Orlando dos Santos Júnior, professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur/UFRJ) e pesquisador do Observatório das Metrôpoles. Para ele, a ampla reestruturação urbana que surgirá das grandes obras nada mais significa do que uma nova rodada de mercantilização das cidades, o que não necessariamente atende aos anseios das camadas médias e das populações pobres que vivem nelas.

## CONCESSÕES

A análise do vice-prefeito e secretário municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Carlos Alberto Muniz, deixou transparecer a importância dada aos interesses do empresariado. Em reunião de prefeitos dos Brics [bloco de países formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul], no Humanidade 2012, ele sinalizou que os empreendimentos só poderiam se viabilizar com a presença do dinheiro privado, o que justificaria certas concessões. Após observar que as intervenções urbanas executadas como preparativos para os grandes eventos na capital fluminense foram planejadas de modo que as pessoas se beneficiem delas, afirmou: “Não se pode esperar que os grandes capitalistas envolvidos nesses investimentos mudem sua lógica de mercado”.

Já em outro debate, na Cúpula dos Povos, a assessora do Programa Nacional Direito à Cidade, da Fase, Joana Barros, provocou: “É preciso perguntar: desenvolvimento para quem?”. A pesquisadora defendeu

## Não à economia verde

“Estamos nos opondo à economia verde que os países do Norte promovem como solução para os problemas das crises. A economia verde é só uma versão do capitalismo global, que está controlando o mundo”.

**Nicole Benedicto, diretora da organização Solidaridad, que reúne povos das Filipinas, América Latina e Caribe, contra o imperialismo e pela democracia, participante da Marcha dos Povos.**

FOTO: LUCAS P. GRYNZPAN



a tese de que desenvolvimento urbano não é o mesmo que desenvolvimento econômico, mas que neste momento há uma proposital confusão desses conceitos, com a intenção de beneficiar os que pretendem auferir lucros com o redesenho das cidades. “Somos contra essa forma de desenvolvimento urbano que mira em primeiro lugar o econômico, estamos junto com os que reivindicam outras formas, outra economia, outro modelo”, afirmou a pesquisadora, referindo-se à sociedade civil organizada presente na Cúpula. “Mas fora daqui há o consenso de que é o capitalismo que prosperará esse desenvolvimento”.



Reordenação do espaço público foi tema do debate 'Favela e Saúde Ambiental', em uma das tendas

## VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Um exemplo pragmático do problema foi apresentado pela arquiteta Cláudia Fávoro, integrante do Comitê Popular da Copa de Porto Alegre, que levou para as discussões na Cúpula um relato dos principais problemas que sua cidade já enfrenta no contexto das grandes obras em curso para dotá-la da infraestrutura necessária a uma cidade sede da Copa de 2014. Segundo Cláudia, a sociedade civil organizada e os movimentos sociais contavam ter como legado da Copa melhorias materiais e sociais pautadas pela garantia e a promoção dos direitos humanos fundamentais constitucionais. “Esse não é o objetivo da Fifa, não é o objetivo do COI [Comitê Olímpico Internacional] e não é o objetivo do governo”, afirmou. “O que estamos vendo lá é pura violação de direitos humanos: trabalhadores sem carteira assinada, más condições de alojamento nas obras, tráfico de pessoas, aumento da prostituição e piora das condições de trabalho das prostitutas, expulsão dos moradores de rua, falta de transparência nos gastos públicos, entre tantas coisas”, denunciou a arquiteta.

A coordenadora do projeto de extensão Direito à Cidade, Política Urbana e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Uerj, Isabel Cristina Cardoso, integrou o Fórum Comunitário do Porto, identificou processo semelhante no Rio de Janeiro, na Zona Portuária da cidade: “Estão construindo uma imagem mítica do desenvolvimento a partir do próprio nome Porto Maravilha. Isso mostra como o capitalismo opera o espaço urbano, focando na produção imobiliária e no turismo”, afirmou a professora.

Na pesquisa que desenvolveu para o Observatório das Metrópoles, Orlando Júnior visitou várias comunidades do Rio afetadas pelas obras de reconfiguração da cidade para a Copa e as Olimpíadas e disse que, de modo geral, os moradores ignoram o teor dos projetos. “Há uma completa ausência de informações para as comunidades removidas dessas áreas sobre o que será desenvolvido naquelas localidades. Uma desinformação que gera insegurança, pois as negociações sempre são feitas de forma individual pelo poder público com as famílias, obviamente facilitando um clima de coação, favorável à aceitação da negociação imposta pelo poder público”, disse o pesquisador, que identifica a deslegitimação das organizações comunitárias como um dos efeitos mais graves desse processo.

## JUSTIÇA CONTRA O CIDADÃO

Outro exemplo, segundo ele, é a utilização da Justiça contra o cidadão, pois aqueles que ousam

não aceitar as propostas de indenização pela remoção e buscam nos tribunais seus direitos são tratados com mais truculência. “Ao serem derrubadas as liminares, os processos de remoção são muito mais violentos. Constatamos remoções que ocorreram em 24 horas ou à noite. A Justiça é utilizada com o sentido inverso: você não tem direito à Justiça, não pode utilizar a Justiça, se usar vai ser penalizado por isso. Aliás, no caso do Rio de Janeiro, não há liminar que não tenha sido derrubada pelo poder público”, informou.

Há, no entanto, os moradores que demandam essas obras em seus bairros, associando-as a melhorias. Os irmãos Larissa Costa de Souza, 29 anos, e Ricardo Costa de Souza, 45, moradores do Caju, foram assistir a um debate sobre as obras do Porto Maravilha para registrar sua indignação com o fato de seu bairro não ter sido contemplado com as melhorias que os vizinhos terão. “Desde o governo Cesar Maia, prometiam nos incluir nas obras de revitalização da Zona Portuária e mais uma vez o Caju ficou fora. Dessa vez tínhamos certeza que iríamos ser beneficiados, mas, pelo visto, tudo o que tem de ruim vai continuar sendo jogado para o Caju”, reclamou Larissa.

Orlando Júnior considera que, na medida em que as comunidades são muito heterogêneas, parte da população residente nelas vive em situação realmente muito precária e, em alguns casos, mesmo a remoção para uma área distante acaba significando de fato melhoria em suas condições de vida. “É preciso ter em mente que há um processo de remoção forçada e legitimada discursivamente pela promoção do direito à moradia. O poder público remove a comunidade dizendo: a situação deles é muito precária, não têm terras legalizadas, então vou lhes dar uma casinha – viabilizada pela política keynesiana do governo federal, Minha Casa Minha Vida.”, observa o pesquisador. (T.N.)



Orlando e Cláudia destacaram os problemas que já começaram a aparecer nas cidades que sediarão a Copa do Mundo

## Mercantilização

“Somos contemporâneos de uma passagem de época, da modernidade para a pós-modernidade. Na era medieval, o paradigma era o da religião, na era moderna, a razão, a ciência, as tecnologias. Qual será o paradigma da pós-modernidade? Temo que seja o mercado, a mercantilização de todos os aspectos da vida”.

**Frei Betto, teólogo e escritor, durante a palestra 'Infância, Valores e Sustentabilidade', que ministrou durante a Rio+20.**



AGÊNCIA ENVOLVERDE



# 'É possível desafiar os governos'

FOTO: LUCAS P. GRZYNSZPAN

Concentrar a luta naquilo que é comum a todos os povos, como direito ao território, soberania, proteção à própria cultura, e a não opressão, é o caminho para unificar forças e gerar mais segurança. Essa é a avaliação da geóloga Lúcia Ortiz, integrante do Grupo de Articulação da Cúpula dos Povos e representante da organização Amigos da Terra, entidade que atua na promoção de direitos humanos, cidadania e desenvolvimento. Ao conceder esta entrevista à *Radis*, no Aterro do Flamengo, Lúcia esperava otimista o documento final da Cúpula dos Povos ser finalizado e apresentado: para ela, é possível desafiar os governos e implementar as ações que emanam dos povos. "Acho que é hora de ir adiante".

## Vinte anos separam Rio + 20 e Rio 92. Qual a principal diferença entre as duas conferências? Pelo que se briga hoje?

O mundo é outro. Houve um avanço do neoliberalismo e do interesse das corporações do sistema financeiro no controle das mais diversas esferas da vida. Hoje briga-se pelo essencial, pelo que sempre se brigou desde 500 anos atrás, como as populações indígenas costumam dizer. Briga-se pelo território, pelos direitos, pela autodeterminação, pela soberania em criar e em proteger a sua própria cultura e o seu próprio modo de vida. Hoje, a gente está cada vez mais ameaçado pela democracia do capital, por aquilo que as corporações desejam fazer no nosso território, com a conivência dos nossos governos e a serviço de um novo ciclo de acumulação financeira.

## Quais as consequências disso?

Com a crise do Sistema Financeiro em 2008, ele precisou se recriar, gerando novos títulos e uma nova bolha de especulação através da financeirização da natureza, criando títulos de compensação ao desmatamento, à poluição e até à questão de degradação social. Títulos que hoje são vendidos na Bolsa de Valores. É mais uma falsa solução, que avança em termos de perda de direitos e perda da credibilidade das políticas públicas, que devem ser resgatadas. Porque o Estado serve para garantir os direitos dos cidadãos, não para regular mercados e deixar o povo à mercê dos interesses corporativos.

## Que falhas seriam essas?

A gente tem visto na Rio + 20, mas já tem visto nas conferências de clima em geral, com a expansão dos mercados de carbono, tem visto nas conferências de biodiversidade, com o lançamento da economia dos ecossistemas da biodiversidade. Trata-se de mais uma falsa solução e que acabou dando origem a essa agenda da economia verde por receita de

executivos de corporações, que foi o que ajudou a compor o conceito da economia verde, que está na pauta de nossos governantes.

## Como a Cúpula dos Povos trabalhou para subverter essa pauta da agenda econômica?

Nós tivemos as plenárias de convergência, onde a gente compartilhou posições e visões do movimento a partir das distintas organizações, sobre as causas estruturais e as falsas soluções que nós vivenciamos e sentimos na pele de forma comum. Depois, como metodologia, nós propusemos as assembleias. Numa delas, dia 18, nós apresentamos o que foi comum na análise das causas e das falsas soluções. Noutra, dia 19, o que havia de comum na análise das soluções e agenda de lutas, aquilo que a gente pode construir juntos. Por último, a partir desse processo e da coleta de informação e sistematização sobre a orientação política dessa jornada, é que nasce a declaração pública a ser apresentada na última assembleia.

## Qual a grande pauta comum entre essas minorias, índios, quilombolas, mulheres, midiálistas, juventude, que se encontram no Aterro do Flamengo?

A riqueza de cada movimento está na sua diversidade. Nós, da *Amigos da Terra*, acreditamos em sociedades sustentáveis, livres de toda forma de exploração e compartilhamos o sentimento de todos contra a opressão. Então, se as pessoas estão se sentindo cada vez mais oprimidas, mais controladas, mais exploradas, se estão sentindo que estão perdendo seus direitos, elas realmente precisam dessa união e precisam resgatar valores de solidariedade de uma época em que existia uma sociedade não-patriarcal, não tão capitalista, não tão competitiva. Nesse sistema agroindustrial urbano que a gente vive hoje, esses valores de comunidade vão se perdendo. O caminho é voltar para o essencial, para o que é comum a todos os povos, que são realmente os valores de solidariedade, de respeito e de vontade de construção coletiva. Porque a gente se sente mais seguro assim.

## A senhora sai da Cúpula dos Povos mais otimista em relação a isso?

A Cúpula dos Povos terá valido a pena se, quando ela acabar, nós estivermos mais fortes para desafiar os nossos governos e implementar as soluções que os povos vêm construindo. Acho que isso é possível. Acho que exige muita organização pra colocar essas mudanças em marcha, mas estamos também num momento histórico, do "sim" ou "sim". Então, ou a gente aproveita pra dar essa volta agora ou pode continuar com medo e cada um num canto. Acho que é hora de ir adiante. (A.C.P.)

**"O Estado serve para garantir direitos dos cidadãos, não para regular mercados"**



FOTO: SERGIO EDUARDO OLIVEIRA

## Grandes obras: licenciamento sem equidade

Protesto contra a Usina de Belo Monte: a construção é exemplo de procedimento injusto e equivocado de licenciamento ambiental

“Os processos de licenciamento dos grandes empreendimentos são um laboratório do que é a cegueira em relação aos diferentes usos, sentidos e apropriações do território para as populações”. A análise foi feita pela ativista da Rede de Justiça Ambiental Juliana Malerba, durante a mesa de debates de lançamento do *Projeto de Avaliação de Equidade Ambiental*, na tenda da Fundação Ford, na Cúpula dos Povos. O documento contém estudos de caso sobre o processo de licenciamento de grandes hidrelétricas como o Complexo de Belo Monte, no Rio Xingu, e das usinas do Rio Madeira, como Jirau, em Rondônia, além de outras atividades econômicas de impacto como o cultivo de eucalipto em grandes propriedades. “A ideia é contar com um instrumento que possa complementar os relatórios de impacto ambiental e até mesmo questioná-los”, sintetizou o educador e ambientalista Jean-Pierre Leroy, um dos coordenadores do projeto.

A proposta é democratizar os procedimentos de avaliação de impacto e fazer com que o processo de discussão da viabilidade de grandes empreendimentos não fique restrito às vias oficiais, que hoje se concentram no Estudo de Impacto Ambiental e no Relatório de Impacto Ambiental, como explicou Juliana, que também participou da coordenação do projeto e assina estudo sobre o cultivo de eucalipto para fabricação de celulose nos estados do Espírito Santo e Bahia.

O projeto e o evento que marcou o seu lançamento na Rio+20 resultaram da atuação em parceria da organização Fase — Solidariedade e Educação e do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (Etern), do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

“É um processo que busca apenas como aprovar e não se vai aprovar a obra. Não está em jogo o indeferimento, apenas medidas mitigatórias, condicionantes e estudos complementares que são recomendados”, acrescentou Cecília Campello de Mello, do IPPUR/UFRJ.

### INJUSTO E EQUIVOCADO

Em todas as falas, a construção do complexo hidrelétrico de Belo Monte figurou como exemplo de procedimento injusto e equivocado no processo de licenciamento ambiental. A obra prevê desvio de 100 quilômetros na região de Volta Grande do Xingu, no Pará, o que provocará diminuição brutal da vazão do rio Xingu, trará seca, e impedirá o transporte fluvial, explicaram os palestrantes. “As crianças não terão como chegar às escolas. Os técnicos do Ibama atestaram a inviabilidade da obra, mas a licença foi concedida mesmo assim”, afirmou Juliana.

A pesquisadora apontou que, no caso de Belo Monte e das usinas do Rio Madeira, o governo ignorou o próprio processo de licenciamento. “Foram criados dispositivos que não estavam previstos nos

### O futuro é agora

“Estou aqui porque ainda quero que façam projetos para mim, não só para os meus netos!”

**Maria de Lourdes Negreiros de Paula, 81 anos, que veio de Fortaleza (CE) com o grupo Crítica Radical, da ex-prefeita da capital cearense, Maria Luiza Fontenele**



FOTO: LUCAS P. GRYNZMAN



FOTOS: SERGIO EDUARDO OLIVEIRA

Nas faixas espalhadas pela Cúpula, a preocupação com a interferência das grandes obras no meio ambiente

relatórios de impacto como condicionantes em cumprimento. O licenciamento é questão emblemática, é um processo que vem sendo acelerado e fragmentado”, explica.

### ATINGIDOS DO FUTURO

Em Belo Monte, conforme esclareceu Juliana, só foram considerados atingidos os que teriam suas casas inundadas pelo desvio do curso do rio. Mas a maior parte da população da região virá a ter problemas não com inundação, mas com a seca, que impedirá a agricultura de vazante, tradicional da região. “Essas pessoas são consideradas atingidas apenas *indiretamente*, apesar de perderem sua fonte de subsistência. O processo de Belo Monte revela tudo o que não deveria ser uma avaliação de impacto ambiental”, considerou.

Segundo Cecília, durante as audiências públicas, que deveriam esclarecer e consultar a população, não há tradução para a as línguas indígenas, faladas por grande parte das pessoas que sofrerão as consequências da transposição. “Consideram ainda, por exemplo, cada família como composta de apenas quatro pessoas, o que não reflete a realidade dos ribeirinhos. Os empreendedores minimizam o conceito de “atingidos”, sintetiza.

A partir dos estudos de caso realizados, os pesquisadores concluíram que a definição de atingidos utilizada pelos empreendedores e pela burocracia estatal não é coerente com a realidade. “Ela nasce, antes de tudo, de um cálculo do custo-benefício da obra, em que os custos com compensações não devem ultrapassar os ganhos econômicos gerados com a implementação do projeto. Em última análise, os estudos e relatórios de impacto ambientais

funcionam como documentos do empreendedor no sentido de referendar legalmente a realização da obra, e os atingidos são definidos em função do menor custo possível”, como analisa o documento. Para seus autores, a complexidade da realidade social é reduzida e restringem-se os direitos humanos, sociais, econômicos e ambientais dos grupos atingidos à mera compensação pela perda do direito à propriedade.

Sobre compensações ambientais, Juliana considera desastrosa a conduta em relação aos povos do Xingu. “As aldeias estão recebendo 30 mil reais por mês, e vêm elaborando listas de compras de mantimentos. Mas isso vai acabar em poucos meses. Tenho visto como mudaram as práticas alimentares. Essa prática desconsidera totalmente as demandas das populações”, afirmou. “O processo precisa ser minimamente mais democrático porque tira as pessoas da situação de dignidade”, opina Juliana. “O sistema nacional precisa de mais 5 mil megawatts por ano, ou seja, uma Itaipu de energia elétrica a cada 3 anos, por isso ocorre essa aceleração de grandes obras”, avalia.

### RELATÓRIOS INDEPENDENTES

Para Cecília, seria importante que fossem feitos contrapareceres técnicos e relatórios independentes, com participação popular efetiva. “Isso evidencia o dissenso, o conflito como motor da busca de uma sociedade mais democrática. As alternativas já existem, não precisam ser inventadas e já estão nos territórios”, declara.

Segundo o relatório, a definição dos grupos sociais que se autodenominam atingidos inclui um número significativamente maior do que a primeira, uma vez que engloba outros grupos além dos listados nos relatórios oficiais: aqueles que sofrem impacto não contabilizados pelo empreendimento e aqueles que sofrem impactos cumulativos e imprevistos no projeto (como a contaminação de um rio ou o contingente populacional desempregado na cidade após a conclusão das obras).

As palestras, com tom emocional em meio ao burburinho da Cúpula dos Povos, e o relatório com os estudos acadêmicos e propostas alternativas, mostraram que as diferentes visões dos grandes empreendimentos econômicos estão provocando novas formas de conflito relacionadas ao direito dos povos ao uso coletivo do território. “O pensamento hegemônico ataca e tenta dessemantizar, desconstruir a ideia de direitos aos territórios coletivos. O interesse da expansão das fronteiras da mineração e do agronegócio é colocado como mais importante do que o direito dos povos”, analisou Juliana. “Enquanto forem transferidos os danos ambientais para as populações mais vulneráveis, estão criadas as condições para a degradação”, concluiu Cecília. (Elisa Batalha)



FOTOS: TANIA NEVES

### Rainha-mãe do Harlem

“Antes de se falar em empoderamento dos negros, um discurso que está nos lábios do poder, é importante que cada negro das Américas possa empreender uma jornada de volta à Mãe África, passando pelos mesmos estreitos outrora cruzados por seus ancestrais nos navios negreiros, num ritual espiritual de cura”.

**Delois Blakely, a Rainha-mãe do Harlem, americana, 70 anos, prefeita comunitária do bairro novaiorquino e embaixadora da Boa Vontade da ONU. Realizou diversas vezes a jornada que propõe ao continente africano, inclusive acompanhando pessoas que também desejaram viver esse “processo restaurativo e transformador”, que possibilita refletir sobre “as brutalidades que o passado esconde”, como considera.**



Aécio de Oliveira, da Fase, na discussão sobre o impacto das obras do “Porto Maravilha” na zona metropolitana do Rio

# 'Menos armas, mais sustentabilidade'

Diretor do Programa Internacional de Segurança Ambiental e do Programa de Sustentabilidade da Cruz Verde Internacional, o americano Paul Walker não estava muito otimista em relação aos resultados da Rio+20. Chefe do escritório americano da organização, que nasceu graças à pressão dos movimentos sociais atuantes na Rio 92, ele combate emergências ambientais e defende o desarmamento como uma forma de financiar o desenvolvimento sustentável. Luta que, segundo ele, está diretamente ligada à distribuição mais justa de recursos — naturais e financeiros. Em entrevista à *Radis*, durante a conferência, ele falou sobre as propostas da Cruz Verde, fundada pelo ex-presidente russo Mikhail Gorbachev, e criticou os altos gastos com armas, guerras e militares.

## Como foi criada a Cruz Verde Internacional?

Em 1992, na Conferência do Rio, inúmeras ONGs sustentavam que precisávamos de uma organização global mais forte que defendesse a causa ambiental e a mudança de valores. Gorbachev, que sempre foi defensor do meio ambiente, foi sondado para fundar essa organização, nos moldes da Cruz Vermelha. Ele fundou a *Green Cross* no Japão, nove meses depois da Rio 92, com representantes na Suíça, Estados Unidos, Rússia, Holanda e Japão. O foco era a não proliferação das armas e a proteção ambiental. Na época, eu estava no Comitê de Serviços da Câmara dos Deputados. No início dos anos 90, havia aproximadamente 500 bases nos Estados Unidos e mais 500 no mundo todo, somente com as Forças Armadas americanas. Particpei ativamente do fechamento dessas bases, transferindo tropas, sistemas de armamentos e os arsenais, avaliando se poderíamos passar esses acervos em segurança para os civis. Fiquei muito envolvido com a ligação entre saúde pública, meio ambiente e os militares. Em 1994, meu presidente do comitê de serviços foi destituído e tive que procurar trabalho. Foi quando Gorbachev me falou sobre o programa *Legado da Guerra Fria*, no qual atuávamos como facilitadores ambientais neutros em relação às armas e também à limpeza ambiental.

## Como o senhor define uma emergência ambiental?

Uma emergência ambiental pode ser alguma coisa feita pelo homem ou resultante de causa natural que ameace a humanidade, ou algo no ciclo da vida que possa afetar animais, plantas, florestas, o meio ambiente natural. A fome e a existência de refugiados de guerra, por exemplo. Quando se tem uma emergência de saúde pública, frequentemente ela acaba se tornando uma emergência ambiental. Podemos ter uma

ameaça imediata; podemos, também, ter uma não identificada por 50 anos, porém ela está lá e, uma vez identificada, passa a ser uma emergência ambiental.

## Quais as principais questões trazidas pela Green Cross à Rio+20?

Precisamos mudar o sistema de valores no qual vivemos. A segunda coisa é que há uma relação estreita entre saúde pública, recursos naturais, lixo tóxico e operações militares. Ninguém fala sobre a relação entre o meio ambiente e os militares. Nós levantamos questões, como munição descartada, bases militares poluídas, ameaças à água subterrânea e ameaças ao solo.

## É possível comparar a quantidade de dinheiro usada em armamentos com os gastos relativos às necessidades da saúde?

Havia um relatório excelente, *O mundo militar e despesas sociais (WMSE)*, produzido pela economista Ruth Leger Sivard, que não é mais publicado há dez anos. Outros relatórios não comparam gastos militares e gastos sociais. O que se tem de fazer é pesquisar sobre gastos militares e comparar com relatórios mundiais sobre gastos em educação e saúde. Ninguém faz isso. Nós tentamos fazer disso uma prioridade. Não teremos desenvolvimento sustentável enquanto não tivermos desarmamento, porque todo o dinheiro que entra vai para despesas militares. Nos Estados Unidos, os fundos discricionários federais anuais estão em 1,4 trilhões de dólares por ano. Metade desse dinheiro vai para despesas militares; a outra metade vai para todo o resto, incluindo ajuda para o desenvolvimento, educação, infra-estrutura, previdência e saúde. Nos países mais importantes, a maior parte do dinheiro vai para despesas militares. Se esses gastos não forem reduzidos, não haverá dinheiro para o desenvolvimento.

## Qual a sua opinião sobre a criação de uma agência especializada da ONU para regular ações ambientais?

Tem que ser uma organização internacional justa, bem organizada, bem administrada e equilibrada, capaz de promover normas de direito e segurança. Devemos ter uma organização internacional como a Agência Internacional de Energia Atômica ou um tratado de interdição completa. Mas todos os países têm que estar na organização, porque se alguns não aderirem, ela se enfraquecerá. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, se fosse fortalecido, seria um bom modelo a se seguir. (*R.L. e A.D.L. Trad. M. K.*)



FOTO: ROGÉRIO LANNES

**“Ninguém fala sobre a relação entre saúde, meio ambiente e gastos militares”**



# Combativas e guerreiras

As mulheres marcaram presença na Cúpula dos Povos e também nos eventos paralelos dos espaços oficiais da Rio+20, em manifestações de grande impacto, força e visibilidade. O documento final da ONU, que eliminou a palavra *direitos* ao tratar dos direitos sexuais e reprodutivos, foi considerado por ativistas como um retrocesso nas questões de gênero, uma derrota para as conquistas históricas dos movimentos de mulheres. As militantes, no entanto, deixaram claro em manifestações e debates que estavam insatisfeitas com os rumos que a discussão oficial havia tomado.

“Estamos aqui afirmando o feminismo como alternativa para as discussões sobre o sistema de produção, anunciou Miriam Nobre, coordenadora do Secretariado Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, realizada no Centro da cidade, no dia 18/6, como uma das ações da Cúpula dos Povos, reunindo 15 mil pessoas. “Tivemos 5 mil pessoas saindo dos alojamentos no Sambódromo e 10 mil pessoas saindo da concentração no Museu de Arte Moderna”, contabilizou Miriam.

A manifestação, compartilhada também por organizações como Via Campesina, Coordenadora Andina de Organizações Indígenas, Contag e CUT, teve como orientação a palavra de ordem “Mulheres contra a mercantilização de nossos corpos, da vida e da natureza!”. Muitas outras também foram ouvidas durante a caminhada pelas ruas do Centro e na concentração final no Largo da Carioca. Mais recursos para ampliação e aplicação da Lei Maria da Penha, basta na violência contra a mulher, por condições justas de trabalho, combate ao preconceito e pelo fim do capitalismo e contra o controle de corporações eram reivindicações veiculadas também em faixas e por meio de cartazes vivos, nos quais se transformaram os corpos das manifestantes. “A nossa luta é todo dia, somos mulheres e não mercadoria!”, bradaram também.

## VISIBILIDADE

No Ciep Tancredo Neves, na Rua do Catete, que acolheu a Articulação de Mulheres Africanas, o clima de troca de experiências dava uma medida da disposição para a luta. Havia cerca de 30 representantes de África do Sul, Namíbia, Zimbábue, Zâmbia, Moçambique, Quênia e Lesoto, entre outros países, a maioria ligada a movimentos sociais, indígenas e de trabalhadoras rurais e pequenas fazendeiras. Viemos ao Rio principalmente para criar uma visibilidade maior para as questões africanas e mostrar que estamos organizadas e engajadas na busca pelo verdadeiro desenvolvimento sustentável, disse a ativista Mercia Andrews, da África do Sul, diretora da Trust for Community Outreach and Education.

Mercia afirmou que as muitas organizações de mulheres trabalhadoras rurais dos países africanos combatem as indústrias do agronegócio como a Monsanto e estão se associando na proteção e no gerenciamento das sementes crioulas para garantir que a agricultura familiar não perca ainda mais espaço para os grandes proprietários.

A moçambicana Flaida Macheze, da Organização Nacional de Pequenos Produtores de Moçambique, por sua vez, denunciou que uma das principais dificuldades nessa área é a falta de acesso ao crédito rural. Ou, pior, o condicionamento dele à compra de sementes e insumos industriais, o que quebra a viabilidade da agricultura familiar e fere de morte a sustentabilidade ambiental.

## FALTA DE AVANÇOS E CONSENSOS

Do lado oficial das atividades da Rio+20, com a rápida passagem da presidente Dilma Rousseff no Riocentro e a presença menos expressiva do que o esperado da secretária de estado dos EUA, Hillary Clinton, que fez discurso fraco e esvaziado ao final das negociações da Rio+20, a presença feminina mais marcante foi de Gro Harlem Brundtland. A ex-primeira ministra norueguesa, de 73 anos, chefiou a comissão que deu origem ao documento onde foi cunhada a expressão Desenvolvimento sustentável, que ficou conhecido como Relatório Brundtland (Radis 118), um dos documentos base para a Carta da Terra, resultante da Rio 92. Enviada especial sobre Mudanças Climáticas da ONU, foi uma das principais vozes a se levantar em 2012, contra a falta de avanços e de consenso dos governos em relação aos direitos das mulheres.

Em entrevistas coletivas e nos diálogos paralelos do Riocentro, que tiveram sua presença ao longo do dia 18 de junho, Gro Brundtland demonstrou preocupação com os retrocessos que o documento oficial anunciava em relação às diretrizes produzidas pela comunidade internacional nas grandes convenções internacionais anteriores sobre questões de gênero, como Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e a 4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres (Pequim, 2005). Os documentos traziam expressos textualmente os conceitos de saúde sexual e reprodutiva e os direitos da mulheres a serem perseguidos, respeitados e implementados. A pressão é pela volta aos papéis tradicionais, afirmou Gro, sempre com frases curtas e ponderadas e ar contido de escandinava. A importância de se evitar a gravidez precoce foi lembrada. “É preciso fazer realmente o link entre a questão das mulheres e da sociedade como um todo, ressaltou, reiterando ainda suas críticas ao consumismo exacerbado. (Elisa Batalha)



Gro Brundtland: preocupação com retrocesso no documento

FOTOS: SERGIO EDUARDO OLIVEIRA

FOTO: MARINA BOCHAT

A Marcha das Mulheres, dia 18/6, reuniu 15 mil pessoas: feminismo como alternativa nas discussões sobre o sistema de produção



# 'Há muito crescimento, mas nenhum povo'



FOTO: BRUNO DOMINGUEZ

Referência no ativismo ambiental, a física indiana Vandana Shiva defende a conexão dos homens com a Terra, tal qual existe entre os povos indígenas e as florestas, em contraposição à exploração levada a cabo por grandes corporações. Na década de 1970, foi uma das protagonistas do Movimento das Mulheres de Chipko, tendo se amarrado a árvores para barrar a ordem do governo indiano de desflorestar a região. Hoje, é diretora da Research Foundation for Science, Technology and Ecology e fundadora da organização Navdanya, voltada à agricultura familiar e orgânica. Terminada a Rio+20, diz Vandana em entrevista à *Radis*, o desafio é estabelecer economias e democracias saudáveis.

## **A senhora disse anteriormente que sua expectativa para a Rio+20 era zero. O que se deve buscar pós-conferência? Como a sociedade pode 'salvar' a Rio+20?**

Eu não acho que seja a conferência que precise ser salva. É a Terra que precisa de respeito e reconhecimento, são as pessoas que merecem ter seus direitos respeitados e reconhecidos. As poderosas corporações destruíram o planeta com sua ganância e ainda não estão satisfeitas. E isso é o que elas chamam de economia verde. Mas seus métodos estão muito expostos, muita gente tem pagado um preço alto demais por essa exploração e está despertando para a necessidade de se conectar com a Terra novamente por uma abundância verdadeira, por uma sensação de se sentir em casa, de se ter um lugar para a humanidade no planeta. Então, depois da Rio+20, o desafio é: criar economias e democracias saudáveis em que o povo possa moldar uma sustentabilidade autêntica e economias verdes verdadeiras.

## **Como define a 'economia do cuidado' que defende?**

Para entender o que a economia do cuidado significa, você deve entender como o cuidado é praticado: por mulheres que tomam conta de seus filhos e dos seus velhos, pelos povos indígenas que nunca destruíram suas florestas, apesar de milhares de anos morando nelas, por camponeses que nunca destruíram o seu solo ou suas sementes, apesar de muitos anos de fome. Não se define a economia do cuidado; se vive a economia do cuidado.

## **Que comparação podemos fazer entre o modelo de desenvolvimento do seu país e os modelos do Brasil e demais países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)?**

Eu não gosto que nossos países sejam chamados de Brics, porque somos povos em ação, e a sigla nos faz parecer apenas figuras de barro. Há uma grande diferença entre a Índia e o Brasil, apesar de ambos terem seguido a trilha do crescimento. Como vocês elegeram um presidente do Partido dos Trabalhadores, têm tido

um compromisso maior com as políticas públicas — um exemplo é o Fome Zero. Na Índia, nossas verduras estão apodrecendo enquanto metade do país está morrendo de fome. Nosso primeiro-ministro disse à Suprema Corte da Índia depois da determinação de não deixar comida estragar: "Eu não posso interferir no mercado". Para ele, o lucro do mercado via especulação é mais importante do que o árduo trabalho do fazendeiro para produzir comida e do que a fome. Nos últimos quinze anos, o país tem criado uma liderança insana, cega pelo poder financeiro e pela intimidade com Washington.

## **Há, em sua opinião, uma real preocupação com o desenvolvimento sustentável?**

Nesta altura, tristemente, os poderes que criaram o modelo errado de economia medem o tamanho do crescimento, quando esse destrói a Terra, o povo e a sociedade. Todas as medidas visam ao lucro financeiro. Quando os rios da Amazônia são represados para a construção de hidrelétrica, há crescimento, mas deixa de haver rios e povos indígenas. Há muito crescimento, mas nenhum povo. Como garantir que o futuro do Brasil e o da Índia não serão iguais ao presente de crise da América do Norte e da Europa? Com esse modelo de crescimento sem limites, visando apenas ao dinheiro sem olhar para a Terra, a sustentabilidade e a justiça...

## **É o que a senhora chama de 'maldevelopment' (palavra que expressa discrepância entre as condições econômica, política, meteorológica, cultural e as necessidades das pessoas)?**

Sim. De acordo com esse pensamento, não há nação, não há pessoas, camponeses não produzem comida — apesar de produzirem 80% da comida do mundo. Não há aprendizado quando a Monsanto destrói nossas sementes — o conhecimento da biodiversidade está nas mãos das mulheres e dos povos indígenas. Esse pensamento extremamente masculino nos deu uma tecnologia destrutiva e uma falsa economia.

## **Como vê a inclusão da saúde como indicador do desenvolvimento sustentável?**


Devo dizer que houve progresso nessa área. A indústria criou uma separação entre agricultura e alimentos, em que a agricultura precisava de produtos químicos e os alimentos eram uma commodity. Assim, a saúde não importava. O que estamos fazendo agora é a ligação dos três. A saúde do solo está diretamente ligada à nossa saúde. Se houver tóxicos no solo, haverá tóxicos no nosso corpo. Se houver doença no solo, o câncer aparecerá no nosso corpo. Se houver subnutrição no solo, a humanidade sofrerá de subnutrição, também. (B.D. Trad. M.K.)

**"O desafio é moldar sustentabilidade autêntica e economias verdes verdadeiras"**



FOTOS DAS PÁGS. 42 A 45:  
SERGIO EDUARDO OLIVEIRA, MARINA  
BOECHAT, LUCAS P. GRYSZSPAN,  
ELIANE BARDANACHIVILI E ADRIANO  
DE LAVOR

# 80 mil em defesa de um mundo sustentável

A Avenida Rio Branco ficou tomada em seus mais de cinco quilômetros de extensão. Faixas, bandeiras e irreverentes fantasias coloriram os protestos e as reivindicações dos 80 mil integrantes da Marcha dos Povos, momento culminante das atividades da Cúpula dos Povos. A data escolhida para a manifestação, 20/6, foi especial: exatamente o dia em que os chefes de Estado e de governo começavam a se reunir para definir o documento oficial da Rio+20. Movimentos de negros, mulheres, indígenas, quilombolas, povos das florestas, servidores públicos, estudantes; pela equidade, pela soberania alimentar, contra o desmatamento, contra o modelo de desenvolvimento com foco no mercado, contra a economia verde... A diversidade de grupos, procedências e causas expressou a força que tem a sociedade civil. 







## EVENTOS

## 10º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva



Sob o tema central Saúde é Desenvolvimento: Ciência para a Cidadania, o Congresso da Abrasco reunirá docentes, pesquisadores, gestores, profissionais de saúde, movimentos sociais, lideranças da Saúde Coletiva e demais interessados no debate, reflexão e enfrentamento dos desafios teóricos e práticos do campo. Antes do evento, nos dias 12 e 13/11, estão programadas atividades em diversos municípios do estado, seguidas do III Minicongresso de reorganização e revisão de Estatuto da Abrasco e Assembleia Geral Extraordinária (14/11). Cursos, oficinas e a solenidade de abertura oficial do Congresso estão marcados para 15/11. De 16 a 18, serão realizadas as conferências, mesas-redondas, painéis, palestras e a apresentação de trabalhos.

Data 14 a 18 de novembro de 2012  
Local UFRGS, Porto Alegre, RS  
Informações  
www.saudecoletiva2012.com.br/home.asp  
atendimento@aconteceeventos.com.br  
(51) 3019-2444

## Congresso Internacional de Saúde Pública – Cuba Salud 2012



Promovido por organizações internacionais, como a Organização Mundial da Saúde e Organização Pan-Americana da Saúde, e pelo Ministério de Saúde de Cuba, o evento contará com sessões plenárias, painéis e mesas-redondas. Entre os temas em debate estão: Políticas de saúde; Papel da promoção de saúde e ações intersetoriais; Impacto das transformações dos sistemas de saúde; Desafios para os serviços de saúde; O método clínico no desempenho profissional e ética científica; Desenvolvimento dos sistemas de investigação e inovação tecnológica em saúde; Implementação de políticas de gênero nos sistemas de saúde pública; Gestão em saúde na violência contra mulheres e crianças; Saúde sexual; e Determinantes sociais e diversidade sexual.

Data 3 a 7 de dezembro  
Local Havana, Cuba

## Informações

www.lionstours.com.br/saude\_publica\_59.html  
lionstours@lionstours.com.br  
(19) 3583-7498

## LIVROS

## Resistência política

*As Esquerdas latino-americanas – em tempos de criar*, do panamenho Nils Castro (Fundação Perseu Abramo), é um ensaio histórico sobre a trajetória dos movimentos de resistência política e ideológica à repressão conservadora na América Latina. Com análises de um autor participante de muitos desses momentos, o livro traz à tona reflexões pertinentes ao período em que vivemos, apoiadas em referências históricas e experiências que apontam para a necessidade de as esquerdas repensarem seu papel.



## Os jovens e o planeta

*Um Equilíbrio delicado – crise ambiental e a saúde no planeta*, de Carlos Machado de Freitas (Garamond), busca estimular no público adolescente a reflexão sobre temas relacionados às questões ambientais. O livro trata das mudanças recentes que levaram a melhoria nas condições de vida da população e também a alterações que comprometem o ambiente e, conseqüentemente, a saúde e bem estar de todos, crianças e adultos, jovens e idosos.



## Baía de Guanabara

*Bacia da Baía de Guanabara – Características geológicas, formação e ecossistemas*, é o primeiro de dois volumes produzidos pelo geógrafo e ambientalista Elmo Amador (Interciência) — morto em 2010 — a partir de sua tese de doutorado (Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos Homem e Natureza, Rio de Janeiro: Instituto de Geociências/UFRJ). Publicada em 1997, a tese se tornou referência para pesquisadores. Resultado de revisão, atualização e ampliação do trabalho inicial, o livro traz informações, análises e reflexões dos pontos de vista geológico, biológico e antropológico sobre a Baía de Guanabara, da qual o autor era profundo conhecedor.



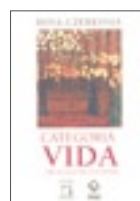
## Saúde e ambiente

A edição de junho da *Revista Ciência e Saúde Coletiva* (Abrasco), lançada durante a Cúpula dos Povos, no Rio de Janeiro, trata de temas que estreitam os laços entre saúde e ambiente. Os artigos chamam atenção para a importância da saúde em um cenário no qual a pauta de negociações em busca de soluções para a crise socioambiental tem sido dominada por mecanismos econômicos, sem considerar a vida humana. A edição temática traz abordagens que refletem sobre o desafio de construir um caminho sustentável apoiado por uma ciência cidadã.



## Vida

*Categoria Vida – Reflexões para uma nova biologia, de Dina Czeresnia* (Editora Fiocruz/UNESP) propõe um diálogo entre biologia, física, filosofia, psicanálise e outras especialidades, com argumentação baseada em Canguilhem, Foucault e Nietzsche. As transformações da relação entre o homem e o conhecimento são o fio condutor da obra, que traz reflexões sobre sociedade do risco, individualidade, alteridade, dualidade corpo-mente e pensamento hipocrático, entre outros conceitos.



## ENDEREÇOS

## Interciência

(21) 2581-9378 e 2241-6916  
vendas@editorainterciencia.com.br  
www.editorainterciencia.com.br

## Abrasco Livros

(21) 2590-2073 e 2598-2526  
livraria@abrasco.org.br  
www.abrasco.org.br/livros

## Garamond

(21) 2504-9211 e 2504-9070 (fax)  
editora@garamond.com.br  
www.garamond.com.br

## Fundação Perseu Abramo

(11) 5571-4299 e 5571-0910 (fax)  
lojavirtual@fpabramo.org.br  
www.efpa.com.br

## Editora Fiocruz

(21) 3882-9039 e 3882-9006  
www.fiocruz.br/editora

# A íntegra dos itens dedicados à Saúde no documento final da Rio+20

## SAÚDE E POPULAÇÃO

**138.** Reconhecemos que a saúde é uma condição prévia, um resultado e indicador das três dimensões do desenvolvimento sustentável. Entendemos que as metas de desenvolvimento sustentável só serão alcançadas quando não ocorrer uma alta prevalência de doenças debilitantes transmissíveis e não transmissíveis, e onde as populações possam atingir um estado de bem estar físico, mental e social. Estamos convencidos de que as ações sobre os determinantes sociais e ambientais da saúde, tanto para os pobres e vulneráveis quanto para toda a população, são importantes para criar sociedades inclusivas, equitativas e economicamente produtivas e saudáveis. Pedimos que se faça plenamente efetivo o direito de todos ao gozo do mais alto nível possível de saúde física e mental.

**139.** Reconhecemos também a importância de uma cobertura universal de saúde para fomentar a saúde, a coesão social e o desenvolvimento humano e econômico sustentáveis. Comprometemo-nos a reforçar os sistemas de saúde para assegurar uma cobertura universal equitativa. Apelamos à participação de todos os atores relevantes para empreender uma ação multissetorial coordenada a fim de atender urgentemente as necessidades de saúde da população do mundo.

**140.** Ressaltamos que HIV e aids, malária, tuberculose, gripe, poliomielite e outras doenças transmissíveis permanecem como sendo motivo de grande preocupação mundial e nos comprometemos a dobrar os esforços para alcançar o acesso universal à prevenção, ao tratamento, aos cuidados e ao apoio referentes ao HIV, e eliminar a transmissão de mãe para filho, bem como renovar e reforçar a luta contra a malária, a tuberculose e às doenças tropicais negligenciadas.

**141.** Reconhecemos que a carga e ameaça que representam as doenças não transmissíveis (DNT) constitui-se um dos grandes obstáculos mundiais para o desenvolvimento sustentável no século XXI. Comprometemo-nos a fortalecer os sistemas de saúde para prestar uma cobertura equitativa e universal e promover o acesso a preços acessíveis à prevenção, tratamento, cuidados e apoio relacionados a doenças não transmissíveis, especialmente câncer, enfermidades cardiovasculares, doenças respiratórias crônicas e diabetes. Também nos comprometemos a estabelecer ou reforçar políticas nacionais multissetoriais para a prevenção e controle de doenças não transmissíveis. Reconhecemos que reduzir a poluição do ar, da água e a causada por produtos químicos tem efeitos positivos na saúde.


**142.** Reafirmamos o direito de utilizar plenamente as disposições do acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (ADPIC), a Declaração de Doha no que diz respeito do Acordo sobre os ADPIC e a Saúde Pública, a decisão do Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio, de 30 de agosto de 2003, referente à aplicação do parágrafo 6 da Declaração de Doha referente ao Acordo sobre os ADPIC e Saúde

Pública e, quando os procedimentos de aceitação formais forem concluídos, a alteração ao artigo 31 do Acordo, que oferece flexibilidade para a proteção da saúde pública, e, em particular, promove o acesso a medicamentos para todos, e incentiva a prestação de assistência aos países em desenvolvimento a esse respeito.

**143.** Recomendamos maior colaboração e cooperação em nível nacional e internacional para fortalecer os sistemas de saúde por meio do aumento do financiamento da saúde, recrutamento, treinamento, desenvolvimento e retenção da força de trabalho em saúde, melhor distribuição e acesso a medicamentos seguros, acessíveis, eficazes e de qualidade, vacinas e tecnologias médicas, e melhoria da infraestrutura de saúde. Apoiamos o papel da Organização Mundial da Saúde como autoridade principal para liderar e coordenar os assuntos internacionais de saúde.

**144.** Comprometemo-nos a considerar sistematicamente as tendências e projeções da população em nossas estratégias e políticas nacionais de desenvolvimento rural e urbano. Por meio de um planejamento orientado para o futuro, podemos aproveitar as oportunidades e fazer frente aos desafios associados às mudanças demográficas, entre elas, a migração.

**145.** Pedimos que se apliquem plena e efetivamente a Plataforma de Ação de Pequim e o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e os resultados de suas conferências de revisão, inclusive os compromissos relativos à saúde sexual e reprodutiva e a promoção e proteção dos todos os direitos humanos nesse contexto. Ressaltamos a necessidade de fornecimento de acesso universal à saúde reprodutiva, incluindo o planejamento familiar e a saúde sexual, e de integração da saúde reprodutiva nas estratégias e programas nacionais.

**146.** Comprometemo-nos a reduzir a mortalidade materna e infantil e a melhorar a saúde das mulheres, homens, jovens e crianças. Reafirmamos nosso compromisso com a igualdade entre os gêneros e a proteção dos direitos das mulheres, homens e jovens a ter controle sobre assuntos relativos a sua sexualidade, incluindo o acesso à saúde sexual e reprodutiva, e a decidir livremente a respeito dessas questões, livres de coerção, discriminação e violência. Trabalharemos ativamente para assegurar que os sistemas de saúde forneçam as informações e serviços de saúde necessários para atender a saúde sexual e reprodutiva de mulheres, incluindo ações de acesso universal a seguros, eficazes, acessíveis e aceitáveis métodos modernos de planejamento familiar, essenciais para a saúde das mulheres e para a promoção da igualdade de gênero. 

*\* Não há versão das Nações Unidas do documento oficial da Rio+20 em português — foram divulgadas versões em inglês, árabe, francês, russo e espanhol, línguas oficiais da ONU. O texto em português foi extraído do site Terra Livre e revisto pela equipe da Radis. Veja os textos originais em [www.uncsd2012.org/thefuturewewant.html](http://www.uncsd2012.org/thefuturewewant.html)*

*Os nove itens (do 138 ao 146) que tratam especificamente da Saúde como um indicador de sustentabilidade estão inseridos no trecho Saúde e população, do capítulo 5 do documento oficial da Rio+20. Veja a íntegra ao lado.\**

PROGRAMA RADIS DE COMUNICAÇÃO E SAÚDE

**Jornalismo crítico e independente, em prol da saúde, da ciência e da cidadania**

1982

2012

**30**

anos

**RADIS**